# AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 10 N.º 1 JANEIRO DE 1986

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

# NOTA DA EDIÇÃO

*Fatores de longa duração, tem-se, comumente, como capazes de influenciar a vida de gerações sucessivas. Apesar de o clima no momento predominante na Terra ser recente, em linhas gerais, datando de cerca de dois séculos, admite-se como perenes as condições que permitem a exploração agrícola, em certas áreas, enquanto a rejeitam, na maior parte das demais.*

*As discussões que se estão verificando, no âmbito da* **ONU**, *sobre alterações induzidas no meio ambiente atestam que há grande preocupação com a prejudicial interferência humana na natureza. Do bom aproveitamento dos recursos naturais depende a vida e, mais particularmente, no que diz respeito à problemática debatida nas* **Nações Unidas**, *a evolução previsível da partilha da riqueza mundial.*

*Somente após o emprego de técnicas e equipamentos sofisticados nos estudos meteorológicos, sobressaindo-se os satélites artificiais, pode-se determinar, com maior precisão, as múltiplas influências do clima sobre regiões afastadas entre si. Contudo, ainda não se consegue avaliar, corretamente, a amplitude das seqüelas da incúria dos homens em seu trato com a natureza.*

*As recentes seca no Centro-Sul e enchentes no Nordeste parecem bastante vinculadas às modificações no regime pluviométrico em distantes partes do globo e, possivelmente, também, ao uso irracional das terras agricultáveis. Nestes últimos anos, aliás, registram-se marcadas alterações climáticas em extensas áreas, no mundo.*

*A destruição da Mata Atlântica e das superfícies florestadas dos estados sulinos, no Brasil, associada à agricultura predatória, está a se repetir na Amazônia, a mais nova área de ocupação, quase totalmente liberalizada.*

*Quando as conseqüências da imprevidência rotineira e de fatores aleatórios se fazem sentir, como agora, na redução substancial das safras, não basta assegurarem-se recursos para a compra, ainda que necessária, de gêneros alimentícios no exterior, nem ampliar a capacidade de estocagem dos portos que os receberão. As primeiras medidas de apoio aos agricultores, há pouco anunciadas, são louváveis e importantes, mas insuficientes à afirmação de um projeto viável, capaz de garantir uma oferta estável de alimentos no mercado interno.*

*A mudança radical das políticas agrícola e agrária, sua integração aos princípios ecológicos, passando-se a adotar um rigor, ainda não experimentado no Brasil, na punição dos crimes contra a natureza, poderá amenizar grandemente, em anos futuros, os impactos de situações semelhantes à de hoje, caso se repitam.*

# SUMÁRIO


PRODUTOS VEGETAIS
- Arroz . . . . . 2
- Batata-inglesa . . . . . 4
- Trigo . . . . . 6

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Avicultura . . . . . 8
- Pecuária de Corte . . . . . 11
- Pecuária de Leite . . . . . 15

PRODUTOS INDUSTRIAIS
- Álcool . . . . . 17

PROGRAMAÇÃO DE 1985 . . . . . 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA . . . . . 20

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS . . . . . 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo . . . . . 26
- Mercado Interno . . . . . 28
- Relativos . . . . . 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS . . . . . 32

# ARROZ

*A falta de chuvas no Centro-Sul começa a preocupar. Por outro lado, são bons os resultados das zonas produtoras do Centro-Oeste não afetadas pela estiagem, ampliou-se o plantio no Maranhão e a produção nas várzeas de Minas Gerais poderá surpreender.*

A estiagem no Centro-Sul está prosseguindo e começa a afetar as sofisticadas lavouras de arroz do Rio Grande do Sul.

Devido à grande indefinição da real situação no campo, os órgãos ligados à agricultura gaúcha procuram ser cautelosos. Sabe-se que a escassez de água necessária à germinação foi contornada com o emprego dos equipamentos de irrigação, mas a continuidade da falta de chuvas começou a preocupar, pois os mananciais poderão exaurir-se prematuramente. Esta prática deverá levar também a maiores custos de produção, conforme já apontado pela **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul.**

Segundo o **GCEA-RS**, em sua estimativa de dezembro, ainda não se pode avaliar os possíveis danos às plantações irrigadas (708.941 ha), pois o suprimento artificial de água até agora é suficiente. Considera-se possível atingir o rendimento físico médio de 4.500 kg/ha, mas, no caso das lavouras de sequeiro (34 mil ha), os 1.350 kg/ha esperados deverão cair para 1.250 kg/ha.

Há regiões fora do Rio Grande do Sul, porém, em que a situação é crítica. No Mato Grosso do Sul, de acordo com a **Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa)**, a avaliação das perdas dos arrozais, feita no início de janeiro, mostrou que, dos 310 mil ha esperados para a safra, foram cultivados 242 mil ha. Destes, estavam irremediavelmente perdidos 203 mil ha, ou seja, 84% da área. O replantio foi impedido pela secura do solo e nem mesmo as lavouras de ciclo mais curto puderam ser cultivadas. Este mês, deveria ter início a colheita.

Antes da certeza dos danos da seca sabia-se que o abastecimento de arroz enfrentaria dificuldades, em 1986. Com efeito, a ampliação prevista para a área de cultivo nos estados centrais não permitiria que se alcançasse a produção de há alguns anos, na região, e não se poderia contar com as mesmas condições climáticas da safra 1984/85. Desse modo, o anúncio de importações do arroz não deveria constituir novidade.

Contudo, ainda há a possibilidade, pelo menos parcial, de se compensarem os estragos provocados aos arrozais do Centro-Sul. No Centro-Oeste, excetuando Mato Grosso do Sul, as zonas de produção não afetadas pela estiagem devem apresentar bons resultados: é o caso do Norte do Mato Grosso, principal região produtora do estado, onde as chuvas são normais. No Sul, prevê-se que os 1.300 kg/ha estimados pela **Cepa** poderão reduzir-se em até 15%.

É cedo para maiores definições, pois apenas poucas lavouras de ciclo curto são colhidas em janeiro (a colheita principal dá-se em março). Aliás, o atraso da colheita precoce, também de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, vem contribuindo para que sejam mais concorridos os leilões da **CFP**, diante da suposição de próxima escassez do produto.

Em Goiás, também o Sul (regiões de Rio Verde, Jataí e Mineiros) está sendo mais afetado. Houve uma regularização do clima no final de dezembro, após várias semanas de estiagem. A área a ser plantada foi prevista em 1 milhão de ha e, de acordo com a **Cepa**, as recentes medidas de apoio adotadas pelo governo federal, como a extensão do período de financiamento (até 31 de janeiro) e mais verbas para o replantio, poderiam acarretar, até mesmo, um plantio ainda maior.

A grande esperança de um reforço à frustrada safra sulina está na sempre instável produção maranhense (ver **Agroanalysis**, vol. 9 nº 12). Afinal, os altos preços ali alcançados, após a quebra da safra passada (reduzida de 1,2 milhão de t a 623 mil t) implicaram em resposta afirmativa dos agricultores, no atual plantio. No início de janeiro, estavam plantados cerca de 60% da área, estimada em 904 mil ha. Devido ao bom clima, o **IBGE** vem considerando possível obterem-se 1.485 kg/ha e uma produção superior a 1,3 milhão de t. Há condições propícias, no Maranhão, para ampliar substancialmente a cultura, aumentando-se, em conseqüência, a produção total.

É sempre uma incógnita a evolução das plantações maranhenses, mas se não ocorrerem problemas, nas atuais condições, sem maiores estímulos, esta será a maior safra desde a de 1981/82. Na colheita passada, diminuta, ainda se perderam, no beneficiamento e transporte, 330 mil t e, como o consumo do estado foi estimado em 371 mil t, com mais uma reserva para sementes de 18,5 mil t,

registrou-se um déficit de cerca de 100 mil t.

No Centro-Oeste, nesta safra, além dos aumentos da área cultivada, resultantes de uma associação peculiar de fatores (entre eles a ansiedade quanto à reforma agrária), contava-se com uma ampliação do cultivo em Minas Gerais, de até 6%. Segundo o **Prognóstico da Produção Agrícola**, do **IBGE**, de novembro, os arrozais mineiros poderiam atingir os 575 mil ha, a maior área dos últimos cinco anos (ver Quadro 01). Algumas análises do mercado arrozeiro levam em conta, como tendência da atividade, seu crescimento acentuado em Minas Gerais.

É interessante observar a conjugação dos dados do Quadro 01 com os do Quadro 02, elaborado pela **Epamig**. Nos anos em que mais se reduziu a participação das lavouras mineiras na produção brasileira, o poder de compra do arroz, em termos do número de sacas necessárias para a aquisição de 1 hectare, esteve bastante deteriorado. Os arrozais de sequeiro, em geral, necessitam periodicamente de áreas novas para ocupação e, em uma região onde a fronteira agrícola se fecha, acaba-se optando por lavouras mais rentáveis.

No caso mineiro, há a expansão do cultivo nas várzeas, que assumiu importância, a ponto de a **Emater-MG** registrar estatísticas referentes à produção de três sistemas de cultivo: **sequeiro, irrigado** e **várzeas**. Não se pode esquecer que o **Provárzeas** teve início em Minas Gerais, em 1975. Nesta safra, o arroz de sequeiro deveria atingir uma área de 333 mil ha, em Minas Gerais, mas só foram plantados 260 mil ha, devido à falta de chuvas. Agora que elas retornaram, não se sabe se ocorrerá o replantio, pois é possível a opção por outras lavouras. Nas várzeas, esperavam-se 144 mil ha e foram semeados 135 mil ha, e aí também há dúvidas quanto ao replantio. Finalmente, as lavouras irrigadas, de produção quase garantida, conseguiram ocupar os 60 mil ha previstos pela **Emater-MG**.

**QUADRO 01 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DE MINAS GERAIS 1973-86**

| ANO | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL (%) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|
| 1973 | 781.380 | 827.951 | 11,6 | 1.060 |
| 1974 | 713.908 | 760.581 | 11,2 | 1.065 |
| 1975 | 814.100 | 772.801 | 9,9 | 949 |
| 1976 | 852.656 | 962.118 | 9,9 | 1.128 |
| 1977 | 708.883 | 635.955 | 7,1 | 897 |
| 1978 | 631.943 | 644.219 | 8,8 | 1.019 |
| 1979 | 509.364 | 659.370 | 8,7 | 1.294 |
| 1980 | 593.268 | 833.829 | 8,5 | 1.405 |
| 1981 | 635.577 | 688.847 | 8,4 | 1.083 |
| 1982 | 563.292 | 731.721 | 7,5 | 1.299 |
| 1983 | 530.865 | 779.249 | 10,1 | 1.468 |
| 1984 | 547.889 | 592.957 | 6,6 | 1.082 |
| 1985 | 538.245 | 848.171 | 8,9 | 1.576 |
| 1986[1] | 574.955 | 934.733 | 9,6 | 1.626 |

**FONTE – IBGE.**
**1 Estimativa de novembro de 1985.**

Um incentivo maior à sistematização das várzeas mineiras levaria a um esforço considerável da oferta de arroz, constituindo-se em importante recurso para a minoração da dependência de importações do país. Observe-se que, sem problemas imprevistos, a safra 1985/86 poderia ser a maior colheita no estado, desde 1976 (o último ano em que se colheu uma safra bem maior foi 1971/72, com 1 milhão de t).

Em termos de abastecimento, até a entrada da safra, discute-se se o arroz mantido no Rio Grande do Sul é capaz de atender às necessidades do mercado. O governo federal considera suas reservas suficientes para o controle dos preços, através dos leilões. No entanto, espera-se que o varejo do Rio de Janeiro e São Paulo apresente majorações, pois esteve estabilizado em dezembro, enquanto subiam os preços nos demais níveis da comercialização.

**QUADRO 02 – MINAS GERAIS – QUANTIDADE DE ARROZ NECESSÁRIA PARA A AQUISIÇÃO DE ALGUNS INSUMOS (sacas de 60 kg)**

| ANO | NPK (4 – 14 – 8) (1t) | MÃO-DE-OBRA | TERRA DE CULTURA (1 ha) |
|---|---|---|---|
| 1973 | 12,24 | 5,57 | 38,09 |
| 1974 | 18,88 | 4,92 | 50,87 |
| 1975 | 14,66 | 4,25 | 43,97 |
| 1976 | 16,10 | 6,14 | 67,00 |
| 1977 | 17,05 | 7,62 | 71,79 |
| 1978 | 13,81 | 6,50 | 57,10 |
| 1979 | 12,58 | 5,60 | 48,71 |
| 1980 | 19,16 | 5,96 | 53,87 |
| 1981 | 21,02 | 7,25 | 62,89 |
| 1982 | 16,86 | 6,20 | 48,36 |
| 1983 | 16,87 | 5,01 | 35,69 |

**FONTE – Epamig.**

# BATATA-INGLESA

*Novamente se formula um plano oficial visando à expansão da oferta. O consumo* **per capita**, *agora de 9 kg/ano, alcançou 14 kg/ano em passado recente. É muito importante que se venha a produzir no Brasil toda a batata-semente de que se necessita.*

A produção confirmou as expectativas e decresceu mais uma vez, em 1985. Embora a safra **das águas** tenha-se reduzido somente 2,4%, a segunda, a menor, apresentou uma área plantada 15,5% inferior à de 1984, com reflexos extremamente negativos na produção, que caiu 17,4%.

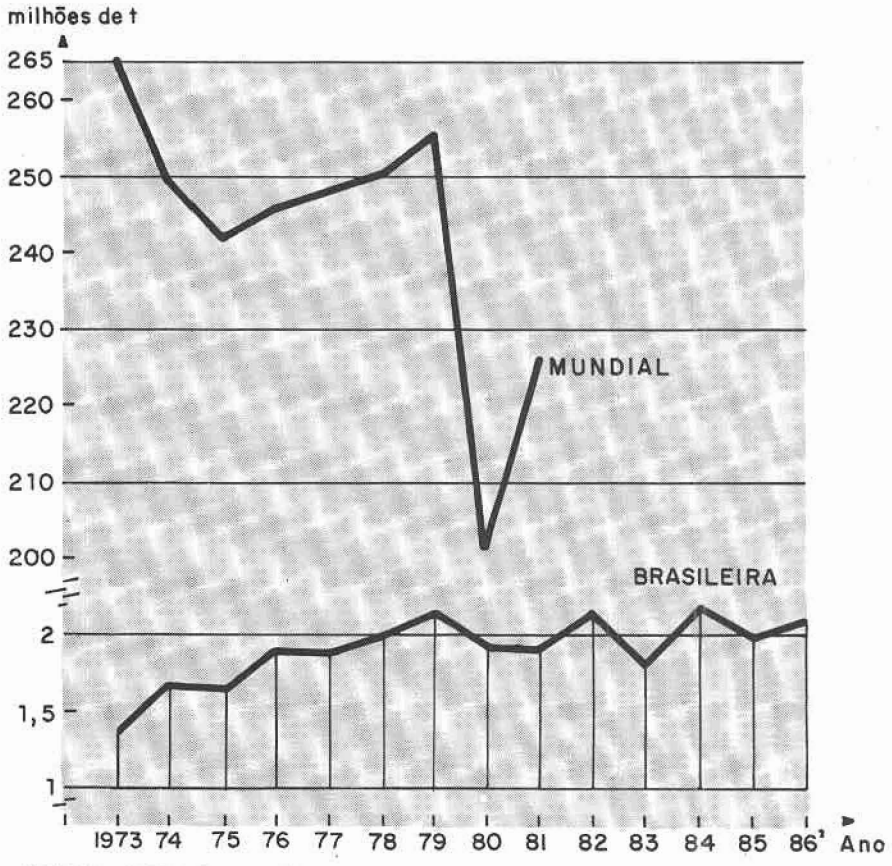
Os elevados aumentos dos preços dos principais insumos utilizados pelos produtores, em especial a batata-semente, que continua sendo importada em sua maior parte, desestimularam o plantio no segundo semestre. Para este ano, novamente pode-se esperar que a produção da primeira safra se situe no patamar de 1985, pois os prognósticos até agora divulgados pelo **IBGE** dão conta de uma área plantada semelhante à do ano passado. Os 95 mil ha que deverão ser cultivados em 1986 representam a segunda menor área dos últimos cinco anos. A área plantada vem-se retraindo desde 1979, quando foram cultivados 121,5 mil ha na primeira safra e 81,3 mil ha na safra de inverno, acumulando uma queda de 22% referente à safra **das águas**. No caso da segunda safra, a **da seca**, a retração é ainda maior, visto que, em 1985, a área cultivada foi de apenas 60,4 mil ha, a menor desde 1979 e com uma queda acumulada de 26% no período.

No que tange à produção, após ter chegado a 2,2 milhões de t em 1979, sua *performance* não foi boa, caindo praticamente até 1983. No ano seguinte, foram colhidos também 2,2 milhões de t e, em 1985, mais uma vez houve retração, alcançando apenas 1,8 milhão de t (ver Gráfico 01).

Agora, novamente a batata-inglesa aparece como objeto de um plano oficial de incentivo, juntamente com a cebola e o alho. Em 1979, visando a expandir a produção das três lavouras, o **Ministério da Agricultura** lançou o **Plano Nacional da Batata-Inglesa** (também juntamente com o da cebola e alho). No entanto, os estudos não saíram do papel e a produção brasileira continuou decli-

**BATATA-INGLESA – PRODUÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA – 1973-86**
**(milhões de t)**

**GRÁFICO 01**




**FONTE – IBGE e Commodity Year Book.**
**1 Projeção.**

nando. Agora, retoma-se o antigo projeto, visando outra vez à expansão da oferta. O momento parece adequado, pois existem três safras anuais.

A quebra ocorrida na produção de diversas lavouras produtoras de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, poderá ser amenizada com safras subseqüentes, em diversas regiões do país, mediante alguns estímulos. Se a batata-inglesa chegar ao mercado a preços competitivos, diminuirá as pressões da demanda sobre certos gêneros, como, por exemplo, o arroz. *A priori,* não parece difícil alcançar-se este objetivo, visto que o consumo *per capita* da batata-inglesa, que hoje gira em torno de 9 kg/ano, já foi de 14 kg/ano. De acordo com o **Balanço de Oferta e Demanda,** estimado pelo **Centro de Estudos Agrícolas,** da **FGV,** o consumo aparente do tubérculo, que, em 1979, era de 1,4 milhão de t, alcançou em 1985 apenas 1,3 milhão de t, representando uma queda no consumo *per capita* de cerca de 20% no período 1980-85.

A retomada do plano nacional de incentivo à produção de batata-inglesa objetiva tornar o país auto-suficiente em batata-semente e expandir a produção de batata-inglesa em cerca de 45%, visto que a meta prevista é de uma área plantada de 260 mil ha. A expansão do cultivo está intimamente ligada à redução dos custos de produção, pois, na medida em que a batata-inglesa produzida internamente é cara, a oferta de um produto com preços mais competitivos irá naturalmente repercutir sobre a demanda, o que acabará significando um aumento na área plantada (ver Gráfico 02).

A auto-suficiência na produção de batata-semente adaptada às condições de clima e solo brasileiros, associada ao cultivo de variedades menos nobres, menos exigentes no que se refere à aplicação de fertilizantes e defensivos, deverá resultar numa redução dos custos de produção e, conseqüentemente, em aumento do consumo.

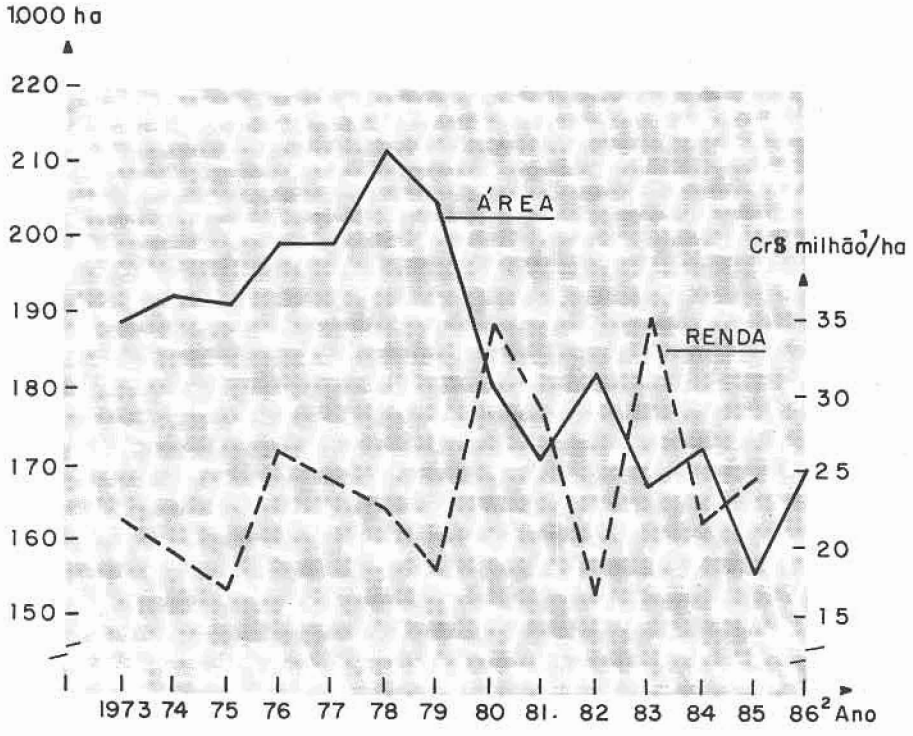
Como a produção comercial, de acordo com o **Censo Agropecuário** de 1980, origina-se de uma parcela muito pequena do total de produtores, a expansão da área plantada pode ser conseguida mais facilmente, via algumas medidas de política agrícola, como acesso fácil ao crédito para custeio e disponibilidade de sementes. A oferta tradicionalmente reduzida deste insumo representa um dos principais entraves à expansão da produção. A utilização de sementes comuns, além de reduzir a produtividade da lavoura, implica na necessidade de aplicação de maior quantidade de defensivos, já que essas sementes, via de regra, não estão livres de doenças.

Segundo o **Ministério da Agricultura,** em aproximadamente três anos poder-se-ão produzir no Brasil cerca de 240 mil caixas de 30 kg de batatas básicas (batata-semente), deixando, praticamente, de importar este insumo extremamente caro.

No próximo triênio, a produção nacional poderá aumentar em mais de 50%, revertendo, finalmente, uma tendência de queda, que vem desde 1979. Essa expansão, no entanto, irá depender muito da redução dos custos de produção e do aumento do atual poder de compra dos salários.

**BATATA-INGLESA – BRASIL – ÁREA COLHIDA E RENDA BRUTA MÉDIA POR HECTARE – 1973-86**

**GRÁFICO 02**




**FONTE – FGV/IBRE/CEA e IBGE.**
**[1] Cruzeiros de dezembro de 1985 (IGP-DI);**
**[2] projeção.**

# TRIGO

*Com a mesma tecnologia e recursos de anos anteriores, a produtividade física saltou para 1.570 kg/ha e se colheu a mais elevada safra da história. Os triticultores realizaram razoáveis ganhos em 1985. O sucesso gera polêmica quanto à viabilidade de o governo continuar estimulando a produção de um alimento cujo custo interno é quase o dobro do registrado no exterior.*

A grande safra de trigo de 1985 tem provocado referências a um **ano do trigo:** colheram-se 4,1 milhões de t, a maior produção já obtida no país. O principal responsável pelo sucesso foi o clima frio e seco. O Quadro 03 apresenta a produção nos últimos dez anos, permitindo visualizar a inconstância característica da atividade.

**QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE TRIGO – 1976-85**
**(mil t)**

| ANO | PRODUÇÃO |
|---|---|
| 1976 | 3.216 |
| 1977 | 2.066 |
| 1978 | 2.691 |
| 1979 | 2.927 |
| 1980 | 2.702 |
| 1981 | 2.210 |
| 1982 | 1.849 |
| 1983 | 2.236 |
| 1984 | 1.956 |
| 1985 | 4.149 |

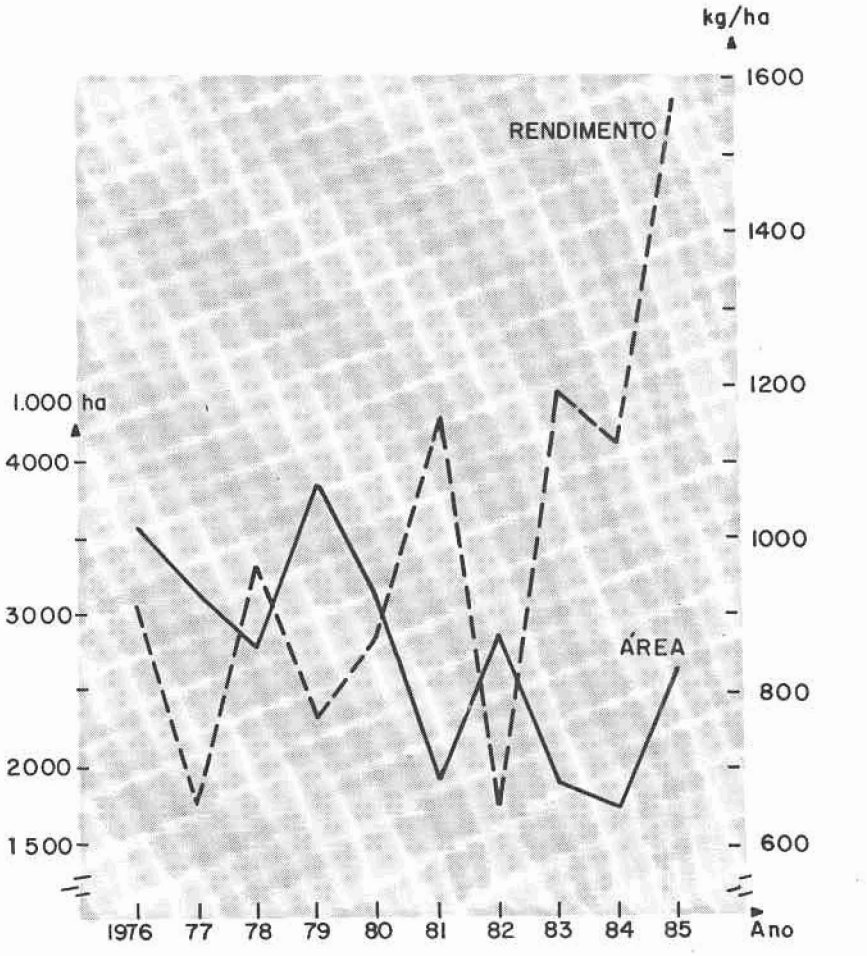
FONTE – IBGE.

A área e a produção oscilaram muito na última década, como conseqüência, principalmente, das enormes variações nas produtividades físicas das lavouras, que não só reduziram ou aumentaram a produção num determinado ano, mas, como era de se esperar, tiveram efeitos sobre a área semeada no ano seguinte. Na última década, apenas em três anos (1981, 1984 e 1985) a área semeada não seguiu o movimento apresentado pela produtividade do ano anterior (ver Gráfico 03).

O preço de garantia – fixado pelas autoridades para a aquisição de todo o trigo produzido no país – é outro fator a influenciar o comportamento da área semeada. Desde 1976, os preços pagos aos triticultores (em ter-

**TRIGO – BRASIL – ÁREA E RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE – 1976-85**

**GRÁFICO 03**



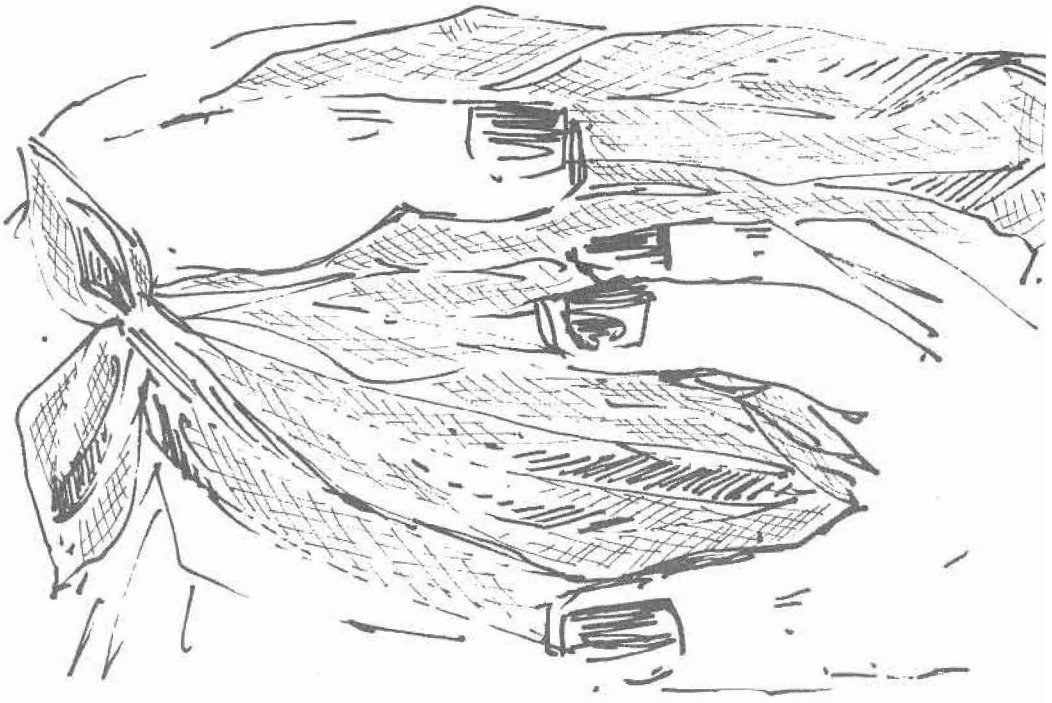

FONTE – IBGE.

mos reais) apresentaram baixa expressiva apenas em 1979 e 1980 (ver Quadro 04). A manutenção de preços nominais constantes, para todo o período de comercialização (entre setembro e dezembro), em anos em que a inflação se acelerava rapidamente, provocou queda dos valores reais recebidos pelos agricultores.

A partir de 1982, o preço pago pelo trigo brasileiro passou a ser corrigido mensalmente, pela variação cambial. A elevação dos preços reais, em 1985, se deve basicamente aos ganhos acumulados na taxa cambial em relação à inflação, em conseqüência do novo método de cálculo da correção monetária e cambial (média geométrica trimestral), instituído em abril e abandonado em setembro deste ano. Entre março e outubro, o IGP variou 84% e o valor do dólar frente ao cruzeiro aumentou 97%.

Em função disso, o crescimento de 112% na produção, em relação a 1984, adquire maior importância, por ter proporcionado razoáveis ganhos aos agricultores. O preço de aquisição fixado pelo governo federal é compatível, em termos gerais, com um rendimento físico próximo de 1.000 kg/ha e a média do país foi de 1.570 kg/ha, segundo dados do IBGE, de dezembro último.

Há que considerar, entretanto, que este resultado é apenas eventual.



Com a mesma tecnologia e recursos (sementes, fertilizantes) disponíveis em anos anteriores, os produtores conseguiram agora colher mais trigo meramente em razão de um excelente desenvolvimento das lavouras, que dificilmente se repetirá nos próximos anos. É evidente que as autoridades governamentais deverão atentar para este fato quando tiverem que fixar os **Valores Básicos de Custeio** e o preço de garantia para a safra de 1986.

Do ponto de vista do governo federal, o sucesso da safra acarretou, indubitavelmente, maiores dispêndios, em cruzeiros, do que se previa, com as aquisições de trigo, em 1985. Em contrapartida, representará uma economia substancial nos gastos com a importação, este ano (algo em torno de US$ 300 milhões).

A política oficial para o trigo voltará a enfrentar, em 1986, os dilemas tradicionais. O aumento da safra brasileira gera polêmica quanto à viabilidade de o governo federal continuar estimulando a produção de um alimento cujo custo de produção, no Brasil, é quase o dobro do registrado no exterior. Por outro lado, será possivelmente em 1986 que se terão definições quanto às alterações na política de comercialização, com a permanência ou a extinção do subsídio e da comercialização estatal.

Esta questão, já muito delicada, tornar-se-á ainda mais complexa, se se confirmarem os danos hoje estimados como muito grandes nas principais lavouras de verão da região Centro-Sul. Mesmo ocorrendo importações, os produtos de origem agrícola poderão pressionar os índices inflacionários e os orçamentos familiares. Em um contexto de dificuldades no abastecimento, promover um encarecimento significativo do trigo e seus derivados continuará sendo uma decisão difícil para os formuladores da política econômica.

**QUADRO 04 – TRIGO – PREÇOS DE GARANTIA FIXADOS PELO GOVERNO FEDERAL – 1976-85**
**(Cr$/t)**

| ANO | VALOR NOMINAL | VALOR REAL[1] |
|---|---|---|
| 1976 | 2.130 | 2.127.141 |
| 1977 | 3.170 | 2.293.158 |
| 1978 | 4.150 | 2.121.656 |
| 1979 | 5.400 | 1.692.012 |
| 1980 | 11.840 | 1.773.987 |
| 1981 | 28.500 | 2.099.707 |
| 1982 | 56.705 | 2.132.703 |
| 1983 | 149.980 | 1.898.243 |
| 1984 | 523.409 | 2.130.170 |
| 1985 | 1.932.965 | 2.310.355 |

**FONTE – Banco do Brasil S. A.**
**[1] Corrigido de outubro de cada ano para dezembro de 1985.**

# AVICULTURA

*Contrariando as previsões, cresceu a produção de carne de frangos em 1985, quase atingindo o recorde de 1982. O melhor rendimento financeiro da atividade se deu no segundo semestre, quando houve reposição dos preços do boi gordo, retomada da demanda e indícios de recuperação do poder de compra da população. Já o crescimento da produção de ovos não foi suficiente para recuperar os níveis alcançados no início da década, pois o consumo continua baixo.*

## Avicultura de corte

Segundo a **Apinco**, a produção de carne de frangos alcançou 1,5 milhão de t em 1985, cerca de 9% a mais do que no ano anterior, ficando aproximadamente igual ao recorde obtido em 1982. O nível de ociosidade foi da ordem de 12%, no que concerne à capacidade de produção de pintos de um dia.

O desempenho contrariou previsões iniciais de que seria inferior ao de 1984 (ver Gráfico 04), pois houve arrefecimento da demanda, em razão do baixo poder de compra da população e da queda de preços da carne bovina no primeiro semestre, pelo terceiro ano consecutivo. Essa *performance* não foi, no entanto, constante ao largo do ano, tendo oscilado, basicamente, em função das variações do mercado, sob influência do comportamento do preço do boi gordo.

O Nordeste teve um bom crescimento da oferta de pintos de um dia. Sua produção, entre janeiro e novembro, foi de 72 milhões de cabeças, 19% maior do que em igual período de 1984. O Sul novamente se destacou, com 542 milhões de aves no mesmo período (+ 11%), representando mais da metade da oferta brasileira de pintos de um dia, provenientes, em sua maior parte, de criatórios integrados.

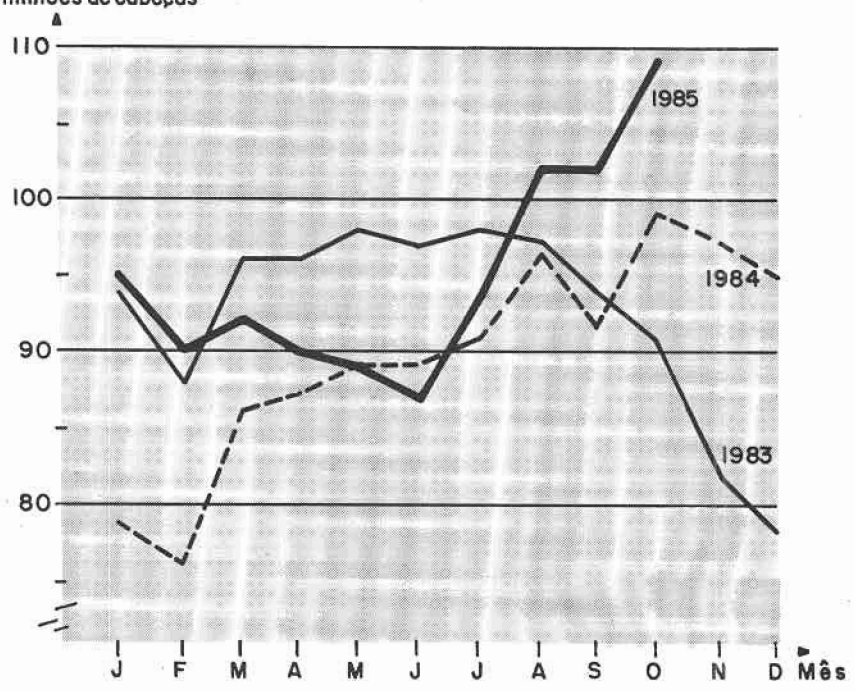
Como resultado deste crescimento, a produção de rações para aves de corte aumentou 10% de janeiro a julho, comparativamente a igual período de 1984, sendo que, no caso do somatório de rações e concentrado convertido, o aumento foi de 5%.

No primeiro semestre, os avicultores tiveram que se conformar com menor rentabilidade, diante da pressão baixista originária das cotações da carne bovina, produto de maior preferência popular. A reposição dos preços reais do boi gordo, a partir de agosto, a retomada da demanda com vistas à formação de estoques para o fim-de-ano e os indícios de recuperação do poder de compra da população propiciaram melhor rendimento financeiro à atividade, superando até os percalços pelos quais passou o abastecimento interno do milho, a partir de agosto. Em conseqüência, no período de agosto a novembro, a oferta de pintos superou o recorde de 414 milhões de unidades, verificado no mesmo quadrimestre de 1981 (416 milhões).

No período de janeiro a novembro,

**PINTOS DE CORTE – BRASIL – PRODUÇÃO MENSAL – 1983-85[1]**
**(milhões de cabeças)**

**GRÁFICO 04**




**FONTE – Apinco.**
**1 De janeiro a outubro.**

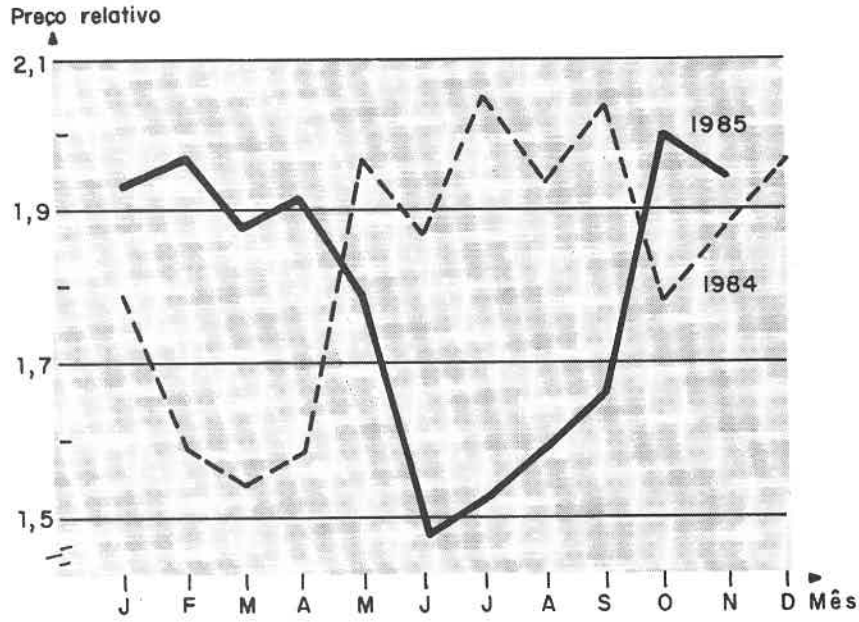
o preço real médio do frango vivo no estado de São Paulo foi 13% menor do que em igual período de 1984, queda, aliás, praticamente compensada pela desvalorização, da ordem de 10%, apresentada pelo preço real da ração no mesmo período. O menor preço do insumo evitou, pois, um declínio mais intenso da sua rentabilidade.

No varejo, a relação dos preços da carne bovina e do frango limpo, em 1985, variou de forma exatamente oposta à do ano anterior (ver Gráfico 05). No início de 1984, a relação era desfavorável à carne bovina, em virtude da estagnação nominal dos preços, contrapondo-se à firmeza das cotações do frango, devido à menor oferta de pintos de um dia. Em fins do primeiro semestre, a situação se inverteu, com a recomposição da oferta de pintos, gerando queda nos preços avícolas. Em outubro, voltou a cair o preço relativo, devido à brusca alta no preço do frango, recuperando-se nos dois últimos meses do ano, quando se iniciou a trajetória descendente do preço real do boi gordo. No primeiro quadrimestre de 1985, o preço do frango limpo no varejo não se sustentou, devido à concorrência exercida pelos baixos preços da carne vermelha e à própria oferta elevada do complexo avícola. No fim do semestre, ensaiou-se uma recuperação nas cotações do frango limpo, ao mesmo tempo em que as da carne bovina atingiram seu mais baixo nível, desde o início do ano anterior. Posteriormente, com a recuperação dos preços da carne bovina, em conseqüência dos danos causados pelo inverno às pastagens, elevou-se novamente o preço relativo, tendendo a decrescer em novembro, devido ao acréscimo acentuado no preço da carne avícola.

Segundo a **Abef**, de janeiro a novembro, as exportações de carne de aves alcançaram 248 mil t, ou seja, 5% a menos do que em igual período de 1984, arrecadando-se US$ 216 milhões **FOB** (12% a menos), com

**CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇO RELATIVO MÉDIO MENSAL CARNE BOVINA/FRANGO LIMPO NO VAREJO –1984-85[1]**

**GRÁFICO 05**




**FONTE – IEA-SP.**

[1] **De janeiro a novembro.**

preço médio de US$ 871/t **FOB** (7% menor). As transações de partes de frangos, ao atingirem 33 mil t e o valor de US$ 41,6 milhões, superaram o desempenho de 1984, em 17% e 8%, respectivamente. O preço médio, porém, depreciou-se 7%. Ainda assim, cresceu significativamente, em relação ao de aves inteiras.

As vendas ao exterior ressentiram-se da saturação dos mercados tradicionais, em razão do crescimento da produção mundial de carne de frangos em 1985. Assim, a previsão do **USDA** de que as exportações brasileiras e francesas aumentariam em 2,6% parece que não se confirmará. No caso específico da **França**, as vendas de carne de aves para países não europeus no período de janeiro a agosto foram, respectivamente, 17% e 40% menores do que as quantidades comercializadas em 1984 e 1983, constituindo-se em indicação segura de que a meta estabelecida para o exercício não será alcançada. Este mau desempenho, é, em parte, explicado pelo aumento das vendas de carne bovina realizadas pela **CEE** para países não europeus.

## Avicultura de postura

Nos primeiros nove meses do ano passado, a oferta de ovos no mercado interno, segundo o **IBGE**, chegou a 764 milhões de dúzias, cerca de 9% a mais do que em igual período de 1984. Projetando-se para o ano, tem-se que a oferta total terá alcançado um bilhão de dúzias. Desse total, a parcela comercializável, segundo previsão do **USDA**, deverá perfazer 750 milhões de dúzias, 6% a mais do que em 1984.

A despeito deste crescimento, a oferta do tipo comercial ainda não recuperou os níveis alcançados no

início da década (850 milhões de dúzias anuais registradas em 1981 e 1982), pois o consumo de ovos continua sendo afetado pelo baixo poder de compra da população.

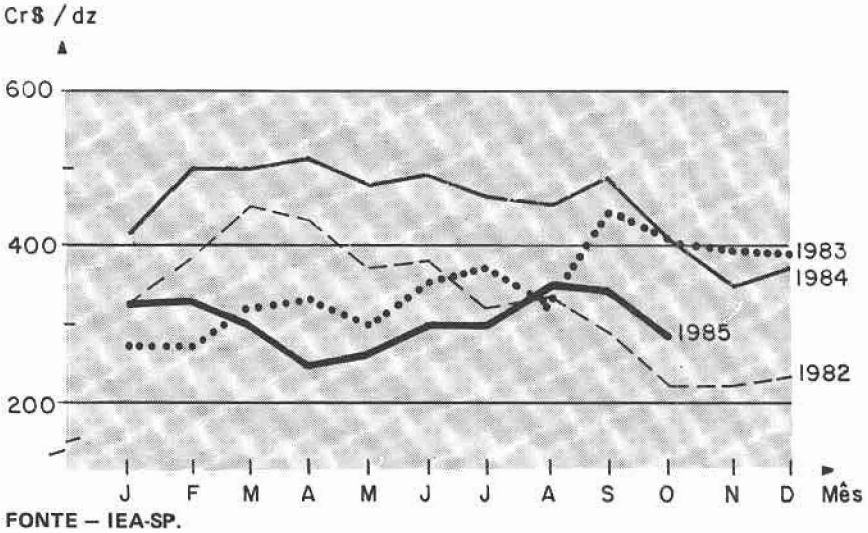
Identicamente ao mercado da carne de porco, ocorre retração de consumo de ovos em épocas de temperatura elevada, quando, por coincidência, aumenta a produtividade das poedeiras.

A análise preliminar do desempenho da atividade, em 1985, revela que os resultados superaram as expectativas (pessimistas) dos criadores. Com investimentos adequados, os avicultores de postura conseguiram tirar partido da elevação dos preços da carne bovina, a partir de meados do ano. Recuperou-se, então, o preço relativo ovo/ração, ao mesmo tempo em que o consumo manteve-se firme, devido às baixas temperaturas. A melhoria da rentabilidade deveu-se mais à queda do preço do insumo do que à alta no preço dos ovos, que ficou abaixo da média de 1984. Este último ano, no entanto, não pode ser tomado como parâmetro, pois se caracterizou por retração da ordem de 6% na oferta comercial, o que forçou o preço médio real anual ao produtor a elevar-se 29% no estado de São Paulo (ver Gráfico 06). Na verdade, a contração do mercado foi uma reação à crise iniciada em fins de 1982, que perdurou em grande parte de 1983, quando, em razão do aumento da oferta, os preços dos ovos declinaram fortemente.

No momento, a criação de postura em São Paulo se prepara para enfrentar a tradicional fase de preços baixos, devido à conjugação de menor consumo e maior oferta, dificuldades que poderão ser minimizadas pela campanha promocional de incremento de consumo, a ser realizada por órgãos de publicidade naquele estado.

**ESTADO DE SÃO PAULO – OVOS – PREÇOS REAIS[1] MENSAIS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES[2] – 1982-85[3]**
**(Cr$/dz)**

**GRÁFICO 06**

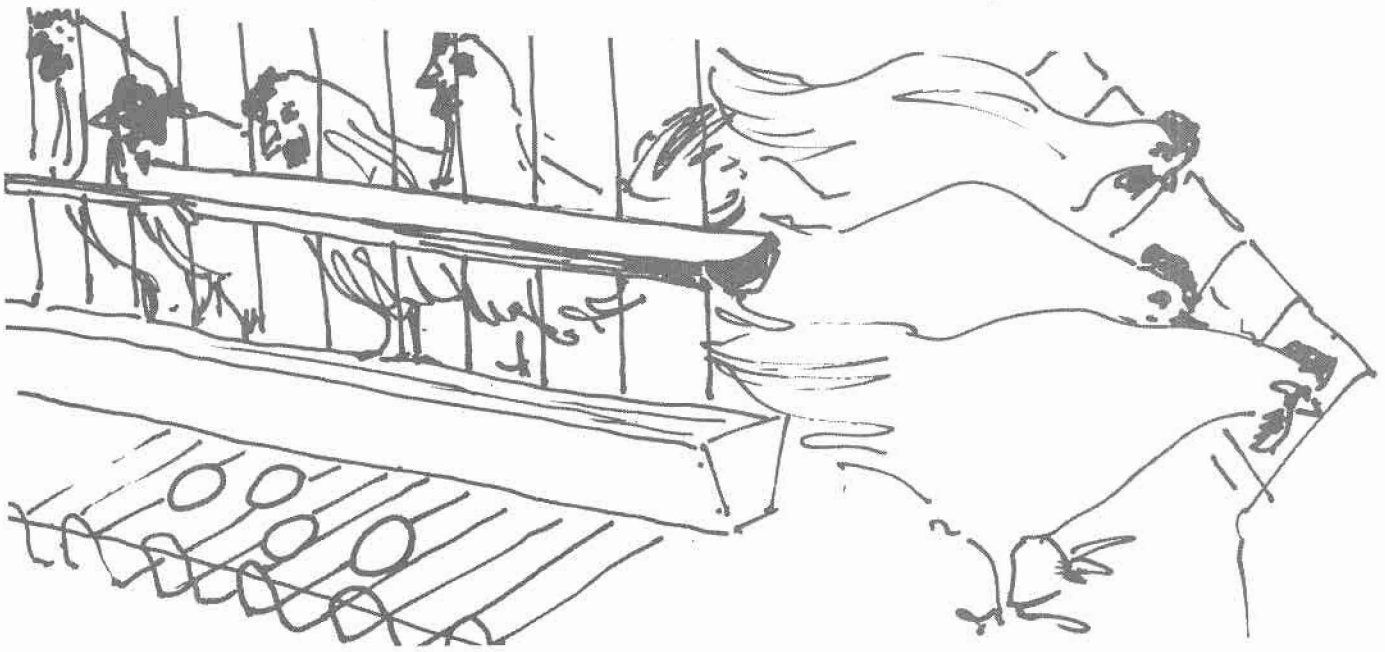



**FONTE – IEA-SP.**

**[1] IGP-DI para janeiro de 1984;**

**[2] ponderado para os tipos extra (15%), grande (50%), médio (25%) e pequeno (10%);**

**[3] de janeiro a outubro.**



# PECUÁRIA DE CORTE

*Preços estagnados no primeiro semestre e fortemente ascendentes no segundo. Parcela ponderável de animais foi enviada precocemente ao matadouro, o que não trouxe grandes benefícios ao pecuarista. Somente um programa de longo prazo, que inclua a estocagem reguladora por parte do governo, resolverá ou minimizará os atuais problemas.*

O comportamento do mercado de carne bovina costuma ser bastante diferente nas duas metades do ano. A concentração da produção ocorre no primeiro semestre e a escassez, no segundo. Em 1985, essa distinção foi por demais pronunciada. Nos primeiros seis meses, os preços da carne bovina mantiveram-se nominalmente estagnados (aliás, desde outubro de 1984), caracterizando um abastecimento tranqüilo e favorecendo a retomada do consumo. O governo federal, cuja atenção está sempre fixada nos índices inflacionários, beneficiou-se dessa calmaria, mas, provavelmente, não percebeu a turbulência que estava por vir. Do ponto de vista do pecuarista, o desempenho do mercado afigurava-se desastroso, uma vez que os preços dos implementos e insumos agropecuários continuaram em escalada fortemente ascendente.

No limiar do segundo semestre, houve reversão das expectativas, com os preços dos produtos pecuários (bezerro, boi magro, boi gordo e carne bovina) iniciando um processo de alta, em intensidade superior ao da fase descendente. O movimento altista dos preços, considerado normal na entressafra, superou bastante o que se poderia esperar e que seria tão-somente a recuperação do desgaste inflacionário. Para isso, contribuiu a seca prolongada que atingiu o Paraná, São Paulo e os estados da região Centro-Oeste e afetou as pastagens, chegando até a vitimar reses (São Paulo).

Ao se admitir a influência climática sobre a alta incontrolada dos preços, não se relega o fato de que as autoridades governamentais estavam despreparadas para atender adequadamente às necessidades do mercado, no período da entressafra. Na verdade, no início do ano, época mais indicada à aquisição de carne para formar reserva, nenhuma iniciativa foi tomada pelo governo, que confiava, possivelmente, na amenidade do clima na entressafra.

A decisão de estocar 50 mil t não foi implementada satisfatoriamente, devido à hesitação quanto à forma de adquirir o produto (quota ou leilão) e ao prazo exíguo para a sua formação, de apenas um mês antes do início da entressafra.

Com a estocagem de uma quantidade mínima, deixaram de ser atingidos os dois objetivos que normalmente se almejam com a operação: 1) **enxugamento** do mercado na época da oferta abundante, evitando-se a depressão excessiva dos preços no nível do produtor e 2) suprir a deficiência na fase da escassez, freando altas indesejadas no terminal de consumo, no período de entressafra.

O balanço do mercado de produtos pecuários, em 1985, evidencia, pois, um saldo pouco satisfatório, tanto para o pecuarista quanto para o consumidor. O comportamento díspar dos preços, nos dois semestres, demonstra que o abastecimento de carnes aos grandes centros urbanos, por ser altamente complexo e sensível, deve ter um tratamento racional, através de um programa de longo prazo, com as medidas sendo implementadas nas etapas previstas. Ao deixá-lo evoluir ao sabor da conjuntura, os prejuízos são generalizados. Os reflexos imediatos para a pecuária são de maior vulto, visto que a depressão dos preços ocorre exatamente na fase em que a produção de carnes é maior.

No período 1979-85, a produção de carne de boi gordo, no primeiro semestre, foi, em média, 31,2% superior à do segundo, enquanto o preço médio dos animais abatidos foi 15,4% mais baixo (ver Quadros 05 e 06). Em 1985, a atividade produtiva deve ter sido mais intensamente afetada, em virtude da defasagem maior dos preços entre as metades do ano (ver Quadro 07). O aumento inusitado do abate de animais em setembro (mais 25,9% de bois), em virtude da intensidade da seca, amenizou, de certa for-

**QUADRO 05 – BRASIL – PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL DE CARNE DE BOI GORDO[1] POR SEMESTRE – 1979-85 (em t)**

| ANO | 1º SEMESTRE | 2º SEMESTRE |
|---|---|---|
| 1979 | 166.965 | 105.293 |
| 1980 | 169.630 | 110.324 |
| 1981 | 165.805 | 106.807 |
| 1982 | 148.627 | 134.272 |
| 1983 | 156.004 | 128.150 |
| 1984 | 148.230 | 127.334 |
| 1985 | 144.214 | 125.915[2] |

**FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.**
**[1] Em equivalente-carcaça;**
**[2] julho-setembro.**

**QUADRO 06 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇO REAL[1] SEMESTRAL DO BOI GORDO – 1979-85 (Cr$/@)**

| ANO | 1º SEMESTRE | 2º SEMESTRE |
|---|---|---|
| 1979 | 157.860 | 193.159 |
| 1980 | 159.452 | 151.080 |
| 1981 | 111.999 | 106.338 |
| 1982 | 87.714 | 98.338 |
| 1983 | 90.565 | 128.677 |
| 1984 | 117.143 | 131.871 |
| 1985 | 82.377 | 122.142[2] |

FONTE – IEA-SP.
1 Valores corrigidos, pelo IGP-DI, para agosto de 1985;
2 julho-novembro.

ma, a discrepância da receita semestral, no ano passado. Considerando-se, no entanto, que parcela ponderável desses animais foi enviada precocemente ao matadouro, para evitar maior queda de peso ou serem vitimados pela seca, conclui-se que, para o pecuarista, as vendas **forçadas**, mesmo a preço mais compensador, não lhe trouxeram grandes benefícios.

Na instância do consumidor, o abate **forçado** de animais, que, em virtude do prolongamento da seca, notadamente nos estados de São Paulo e Paraná, continuou em outubro e novembro, contribuiu para diminuir a irregularidade do abastecimento. Nessa fase, o governo, que, no início da entressafra, apelara inutilmente para expedientes diversos, como o tabelamento da carne no varejo e **acordos de cavalheiros** com frigoríficos e supermercados, tentava frear o processo de alta com anúncios de importação de carne do **Uruguai**.

A turbulência no abastecimento de carne bovina dos principais centros urbanos, em 1985, comprovou, à saciedade, que somente um programa de longo prazo, que abranja os fatores estruturais desse mercado, poderá regularizá-lo nos anos vindouros. Isto porque, nos últimos dez anos, constata-se uma certa rigidez na produção de carne, segundo os dados do **IBGE**. No período 1976-84, a produção de carne oscilou entre 2 milhões de t (equivalente-carcaça) e 2,5 milhões de t, ficando a média da presente década em 2,2 milhões de t. A estagnação da produção deveu-se, principalmente, ao pequeno crescimento verificado no abate de bois, significando que, nos anos em que houve picos (1977) ou vales (1980) na curva de oferta, a influência mais decisiva adveio do abate maior ou menor de matrizes. Se, no período, a variação máxima do abate de bois alcançou 10%, a de vacas atingiu 108%, com o número máximo (4,7 milhões) e o mínimo (2,3 milhões), coincidindo com os anos de pico e de vale da produção (ver Quadros 08 e 09). Por sua vez, a oferta interna, já afetada na presente década pela estabilidade da produção, o foi também pelo incremento das exportações, que saltaram de 190 mil t de carne em equivalente-carcaça, em 1980, para 527 mil t, em 1984.

O abastecimento dos centros urbanos foi mais diretamente afetado a partir de 1982, com a interrupção do **Programa de Estocagem de Carne Bovina para Distribuição na Entressafra**, que vinha sendo posto em prática, sob o controle da **Cobal**, desde 1974. No triênio 1982-84, o governo federal gradativamente reduziu a sua intervenção no mercado, tanto no que se refere ao controle administrativo, quanto ao financiamento alocado à formação dos estoques, chegando ao ponto de, em 1984, não haver praticamente nenhuma ingerência oficial. A variação dos preços no varejo, contudo, não foi tão acentuada, devido à relativa normalidade climática, deixando a impressão, falaciosa por sinal, de que o abastecimento na entressafra é passível de ser administrado por meros anúncios de importação de carne, dispensando-se a sua estocagem na época adequada.

A formação de estoques reguladores é uma das soluções praticadas internacionalmente para reduzir a instabilidade de determinado mercado, de modo a beneficiar tanto o produtor como o consumidor. Não deve ser implementada com o objetivo simplista de controle de preços, como tem sido feito, desde 1974, no mercado interno. A oferta de carne bovina, por envolver múltiplos segmentos, tanto na área de produção (criador, invernista) quanto na de consumo (frigorífico, distribuidor e varejista) no processo mercadológico, implica um longo prazo para o produto final chegar ao consumidor. A contrapartida dessa complexidade deveria ser, pois, um conjunto de medidas de longo prazo (crédito, pesquisa, assis-

**QUADRO 07 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS NOMINAL E REAL DO BOI GORDO – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1985**

| MÊS | PREÇO NOMINAL (Cr$/arroba) | PREÇO REAL[1] (Cr$/arroba) | ÍNDICE (Jan = 100) |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 55.450 | 106.533 | 100 |
| Fevereiro | 53.020 | 92.468 | 87 |
| Março | 52.380 | 81.051 | 76 |
| Abril | 53.070 | 76.592 | 72 |
| Maio | 53.270 | 71.329 | 67 |
| Junho | 53.340 | 66.228 | 62 |
| Julho | 81.790 | 93.239 | 88 |
| Agosto | 114.970 | 114.970 | 108 |
| Setembro | 134.270 | 123.032 | 115 |
| Outubro | 154.470 | 129.801 | 122 |
| Novembro | 204.750 | 149.672 | 140 |

FONTE – IEA-SP.
1 Valores corrigidos, pelo IGP-DI, para agosto de 1985.

**QUADRO 08 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA[1] – 1976-84**
**(tonelada)**

| ANO | TOTAL | % | BOIS | % | VACAS | % | VITELOS | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1976 | 2.174.536 | 100,0 | 1.551.930 | 100,0 | 612.270 | 100,0 | 10.336 | 100,0 |
| 1977 | 2.445.519 | 112,5 | 1.632.026 | 105,2 | 804.287 | 131,4 | 9.206 | 89,1 |
| 1978 | 2.319.953 | 106,7 | 1.701.558 | 109,6 | 609.868 | 99,6 | 8.527 | 82,5 |
| 1979 | 2.114.211 | 97,2 | 1.633.546 | 105,3 | 473.722 | 77,4 | 6.943 | 67,2 |
| 1980 | 2.083.771 | 95,8 | 1.679.722 | 108,2 | 397.189 | 64,9 | 6.860 | 66,4 |
| 1981 | 2.115.064 | 97,3 | 1.640.086 | 105,7 | 467.719 | 76,4 | 7.259 | 70,2 |
| 1982 | 2.396.643 | 110,2 | 1.697.494 | 109,4 | 691.148 | 112,9 | 8.001 | 77,4 |
| 1983 | 2.364.567 | 108,7 | 1.709.264 | 110,1 | 647.632 | 105,8 | 7.671 | 74,2 |
| 1984 | 2.153.050 | 99,0 | 1.653.382 | 106,6 | 494.997 | 80,8 | 4.671 | 45,2 |

**FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.**
**[1] Em equivalente-carcaça.**

tência técnica) que permitisse a estabilização da rentabilidade da pecuária, reduzindo-lhe os custos e preços finais, de modo a atender adequadamente à demanda interna e produzir excedentes para a exportação. A estocagem reguladora de carne deve estar inserida neste contexto, visando ao mesmo objetivo. O estabelecimento de um programa de desenvolvimento da pecuária bovina, com metas até o ano 2000 (ver **Agroanalysis**, vol. 8 nº 6), foi um dos pleitos do **Conselho Nacional de Pecuária de Corte** à atual administração federal. A formação de reservas de carne bovina para regular o abastecimento interno e, eventualmente, atender à demanda externa, constitui um dos principais itens da proposta dos pecuaristas.

Devido à multiplicidade de interesses em jogo, a implementação dessas reservas deve ser precedida de estudos prévios sobre o comportamento dos mercados interno e externo, sob pena de afetar, de um lado, a produção e o abastecimento e, de outro, reduzir a competitividade do produto brasileiro no exterior.

Em se tratando de medida que envolve mais diretamente o consumidor, a formação de estoques, por repercutir nos pontos inicial e intermediário da produção (matriz, bezerro e boi magro), deve visar à suavização do ciclo de preços de cada um desses produtos pecuários, que tem oscilado mais intensamente na origem da produção do que no terminal de consumo. Em sentido inverso, deve, pois, gerar os mesmos resultados de medidas como crédito para retenção de matrizes, quando os preços do boi gordo iniciam caminho descendente. O reflexo imediato da estocagem de carne para o produtor é o desempedimento do pasto para a entrada de nova rês para cria, recria ou engorda. O animal que atingiu o peso de abate deve ser imediatamente sacrificado, para que não se corra o risco de perder peso no inverno ou em secas prolongadas, como a de 1985.

No Brasil, os preços do boi gordo e da carne bovina oscilam plurianual e sazonalmente, acompanhando a variação da produção. No primeiro caso, refletem o ciclo pecuário, que dura, em média, seis anos. No segundo, são determinados pela queda do poder alimentício das pastagens, no inverno, quando geralmente os animais

**QUADRO 09 – BRASIL – ABATE DE BOVINOS – 1976-84**
**(mil cabeças)**

| ANO | TOTAL | % | BOIS | % | VACAS | % | VITELOS | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1976 | 10.715 | 100,0 | 6.998 | 100,0 | 3.583 | 100,0 | 135 | 100,0 |
| 1977 | 12.274 | 114,5 | 7.413 | 105,9 | 4.735 | 132,2 | 125 | 92,6 |
| 1978 | 11.427 | 106,6 | 7.724 | 110,4 | 3.593 | 100,3 | 111 | 82,2 |
| 1979 | 10.048 | 93,8 | 7.182 | 102,6 | 2.774 | 77,4 | 92 | 68,1 |
| 1980 | 9.573 | 89,3 | 7.215 | 103,1 | 2.273 | 63,4 | 85 | 63,0 |
| 1981 | 9.956 | 92,9 | 7.166 | 102,4 | 2.709 | 75,6 | 81 | 60,0 |
| 1982 | 11.659 | 108,8 | 7.547 | 107,8 | 4.018 | 112,1 | 93 | 68,9 |
| 1983 | 11.546 | 107,8 | 7.626 | 109,0 | 3.831 | 106,9 | 90 | 66,7 |
| 1984 | 10.095 | 94,2 | 7.182 | 102,6 | 2.860 | 79,8 | 53 | 39,3 |

**FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.**



criados de modo extensivo perdem peso.

Em função dessas características, a estocagem da carne, como instrumento de regularização do mercado, pode ser de dois tipos: 1) a reserva tática seria feita anualmente, para atender às variações de natureza sazonal. A quantidade a ser adquirida deve girar em torno de 5% (cerca de 120 mil t) da produção, sempre nos meses de safra (dezembro a maio), para ser distribuída de junho a outubro, condicionada à intensidade da alta de preços no período; 2) a reserva estratégica deve ser formada no mesmo período do ano, só que em fases de grande oferta, quando os preços tendem à depressão.

Como objetiva suavizar a intensidade da oscilação plurianual de preços, para baixo ou para cima, a quantidade de carne a ser adquirida ou distribuída variará com a oferta nos anos de abundância ou de escassez.

Obviamente, esses dois tipos de estoques não deverão ser administrados de forma estanque, podendo até serem destinados ao mercado externo, desde que não ponham em risco a reserva tática destinada à regularização do abastecimento interno.

No Gráfico 07, que apresenta o ciclo de preços do boi gordo no período 1954-83, estão indicadas as épocas mais oportunas para a formação (1975 e 1981) e venda (1979 e 1985) dos estoques estratégicos.

Para 1986, o **CNPC** encaminhou, como sugestão, ao **Ministério da Agricultura**, em fins de outubro, um plano de estocagem de 110,3 mil t de carne, para distribuição em quotas semanais, no período de junho a setembro, nas seguintes capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Aracaju, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Maceió e Florianópolis. As compras do produto, envolvendo um montante de Cr$ 1,5 trilhão (cruzeiros de outubro de 1985), deverão ser efetuadas no período de safra (dezembro a maio). A proposta prevê, ainda, a alocação de recursos da ordem de Cr$ 340 bilhões para financiamento de boi em pé e a redução da alíquota do **ICM** sobre o boi gordo, de 17% para 5%.

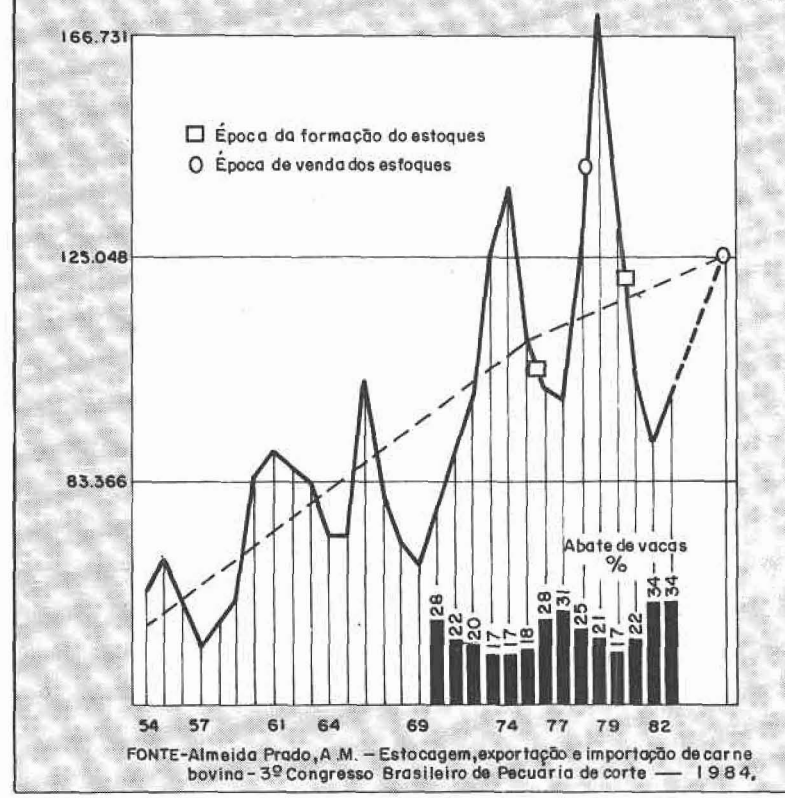
A implementação da proposta, por sinal já atrasada, no que se refere ao início das aquisições, se aceita, só terá êxito, segundo alguns especialistas no mercado, se houver de novo o controle da **Cobal**, tendo em vista as distorções havidas nos anos de 1982 e 1983, quando a fiscalização dos estoques em poder dos frigoríficos esteve a cargo do **Banco do Brasil**.

Por outro lado, com a retomada do consumo, prevista pela melhoria dos níveis salariais, há uma perspectiva de aumento do déficit do abastecimento interno, em face da estagnação da produção. Neste sentido, já se cogita de contingenciar as remessas para o exterior e promover importações, em pequena escala, apenas destinadas a **draw-back**.

**BRASIL – PREÇOS REAIS DO BOI GORDO – 1954-84, ABATE DE VACAS (%) 1970-84, COM DESTAQUE PARA AS ÉPOCAS ADEQUADAS DE FORMAÇÃO E VENDA DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS DE CARNE BOVINA**

(Cr$/@)

**GRÁFICO 07**




FONTE-Almeida Prado, A.M. – Estocagem, exportação e importação de carne bovina - 3º Congresso Brasileiro de Pecuária de corte — 1984.

# PECUÁRIA DE LEITE

*Produção em retrocesso, preços grandemente deteriorados no nível do produtor e ociosidade do parque industrial laticinista. É necessário revisar a política atual, já que o Brasil dispõe das condições básicas para aumentar a produção leiteira.*

Segundo a **Pesquisa Mensal de Leite**, do **IBGE**, a produção sob inspeção federal alcançou 6,4 bilhões de litros entre janeiro e outubro de 1985, 1,4% a menos do que no ano anterior. A queda reflete não só a seca do inverno passado, mas, sobretudo, a tendência de estagnação da atividade a partir de 1978 (ver Quadro 10).

Não obstante os alertas de especialistas nos mercados leiteiro e laticinista, a metade da década atual se encerra de modo insatisfatório, tanto para os produtores como para os consumidores, repetindo o ocorrido nos anos 70. A produção em retrocesso, os preços deteriorados no nível do produtor e os anúncios de importação do leite em pó são cenas perfeitas de filme *déjà vu*.

O lançamento do programa governamental de distribuição gratuita de leite às crianças de até 14 anos, embora elogiável, chega em momento pouco próprio, tendo em vista as dificuldades que, por certo, encontrará para a sua efetivação, a menos que recorra à importação. Além dessa diferença entre as duas épocas comparadas, é oportuno registrar que, na década passada, a tendência de estabilidade da produção leiteira foi detectada com certa antecedência, tendo sido tomadas medidas no sentido de revertê-la. A partir de 1973, foi lançado o **Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária de Leite** e implementada uma política de aumentos reais para o preço do leite em nível do produtor (ver **Agroanalysis**, vol. 9 nº 1). A melhor remuneração do pecuarista, ao lado da assistência técnica e financeira, foi, portanto, decisiva para a retomada da produção, que cresceu de forma acentuada até 1978, ano em que o preço do leite, embora abaixo do nível de 1975, ainda era considerado compensador (ver Quadro 11). A partir de 1979, inicia-se um processo de deterioração do preço, indicando que, com a escalada inflacionária, a sua importância na cesta dos alimentos básicos viu-se diminuída, em face da influência nos índices medidores da inflação.

Em 1985, o preço médio do leite **Especial** recebido pelo produtor foi de Cr$ 1.504/l, no país, correspondendo ao nível mais baixo desde 1969. Considerando o preço médio (Cr$ 2.274/l) vigente no período 1974-78 (ver Quadro 12), estima-se que deixou de ser injetado na área de produção leiteira o montante de Cr$ 26 trilhões, somente na parcela inspecionada. Obviamente, a manutenção da política de preços administrados, alheia à evolução dos custos, afetou o segmento produtivo, desfalcado anualmente de Cr$3,7 trilhões. Em se tratando de uma atividade desenvolvida nos moldes tradicionais, a não-entrada desses recursos inviabi-

**QUADRO 10 – BRASIL – VOLUME DE LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS LATICINISTAS 1976-85**

| ANO | VOLUME (mil l) | VARIAÇÃO ANUAL (%) |
|---|---|---|
| 1976 | 6.625.743 | |
| 1977 | 7.064.806 | 6,6 |
| 1978 | 8.118.078 | 14,9 |
| 1979 | 7.566.538 | –6,8 |
| 1980 | 7.728.338 | 2,1 |
| 1981 | 8.400.312 | 8,7 |
| 1982 | 8.126.315 | –3,3 |
| 1983 | 8.585.316 | 5,7 |
| 1984 | 8.844.972 | 3,0 |
| 1985[1] | 6.370.443 | –1,4 |

FONTE – Pesquisa Mensal de Leite – IBGE.
[1] Até outubro.

**QUADRO 11 – BRASIL – PREÇO REAL[1] DO LEITE TIPO ESPECIAL EM NÍVEL DO PRODUTOR 1969-85**

| ANO | PREÇO (Cr$/l) | ÍNDICE (1975 = 100) |
|---|---|---|
| 1969 | 1.515 | 61 |
| 1970 | 1.595 | 64 |
| 1971 | 1.574 | 63 |
| 1972 | 1.610 | 65 |
| 1973 | 1.843 | 74 |
| 1974 | 2.238 | 90 |
| 1975 | 2.492 | 100 |
| 1976 | 2.177 | 87 |
| 1977 | 2.246 | 90 |
| 1978 | 2.218 | 89 |
| 1979 | 1.994 | 80 |
| 1980 | 2.098 | 84 |
| 1981 | 2.154 | 86 |
| 1982 | 1.802 | 72 |
| 1983 | 1.735 | 70 |
| 1984 | 1.543 | 62 |
| 1985 | 1.504[2] | 60 |

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Valores corrigidos, pelo IGP-DI, para dezembro de 1985;
[2] dado preliminar.

**QUADRO 12 – BRASIL – DIFERENÇA ANUAL DO PREÇO DO LEITE TIPO ESPECIAL SOBRE A MÉDIA VIGENTE NO PERÍODO 1974-78[1] E SEU VALOR EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO – 1979-85**

| ANO | DIFERENÇA ENTRE O PREÇO MÉDIO ANUAL E O PREÇO MÉDIO 1974-78 (Cr$/l) (A) | PRODUÇÃO DE LEITE SIF (mil l) (B) | VALOR (Cr$ bilhão) (A) x (B) |
|---|---|---|---|
| 1979 | 280 | 7.566.538 | 2.118,6 |
| 1980 | 176 | 7.728.338 | 1.360,2 |
| 1981 | 120 | 8.400.312 | 1.008,0 |
| 1982 | 472 | 8.126.315 | 3.835,6 |
| 1983 | 539 | 8.585.316 | 4.627,5 |
| 1984 | 731 | 8.844.972 | 6.465,7 |
| 1985 | 770 | 8.703.452[2] | 6.701,7 |

FONTE – IBGE e FGV/IBRE/CEA.
[1] Cr$ 2.274/l;
[2] estimativa.

lizou, certamente, medidas de modernização da estrutura de produção, de modo a permitir sua evolução auto-sustentada.

De outro ponto de vista, pode-se aduzir que a contribuição social dada em troca do estancamento do desenvolvimento tecnológico da atividade, via contenção dos preços, foi pouco satisfatória, porque, com a oferta interna estagnada, não houve melhoria na dieta alimentar da população de baixa renda. Por outro lado, sabe-se que, a partir de 1979, registrou-se crescimento acentuado da produção de mercadorias alternativas, de preços liberados (leites B e **Longa Vida**, iogurtes, queijos), consumidos pelas classes mais abastadas, como forma de contornar o tabelamento.

Do exposto conclui-se que o problema da expansão do mercado leiteiro, pelo menos no médio prazo, está mais vinculado ao consumo do que à produção. Estranhamente, isso ocorre em um país que dispõe das condições básicas para aumentar a produção leiteira. Amplos recursos físicos, número elevado de matrizes, domínio da tecnologia de raças leiteiras adaptadas aos trópicos, da alimentação pertinente ao longo do ano, do controle zoossanitário e manejo dos rebanhos constituem a base necessária para o *take off* da atividade. Desde os anos 70, porém, tem sucedido justamente o contrário, com o aumento mais acentuado de investimento na pecuária de corte, do que na atividade leiteira, manietada a uma política draconiana de controle unilateral dos preços.

A retomada da produção está, pois, condicionada à revisão da política atual, de modo que, através de preços estimulantes, os pecuaristas (notadamente os pequenos e médios) possam voltar a investir na modernização da produção, superando o atual fosso tecnológico, aprofundado nos últimos anos, que separa os produtores de leite B.

Garantia de mercado para o acréscimo da oferta do leite fluido, que certamente advirá da melhoria da remuneração do produtor, é a outra condição essencial. O programa de distribuição gratuita de leite às crianças de até 14 anos, significando um mercado cativo para mais vários bilhões de litros de leite nos próximos quatro anos, constituirá, por certo, uma segurança aos investimentos que se fizerem. O caráter meramente paternalista da medida distributiva será atenuado pela contribuição que dará, de um lado, à melhor organização da atividade leiteira e, de outro, pelo desafogo gradual, no futuro, dos sistemas educacional, previdenciário e de assistência médica, atualmente assoberbados com a pletora de jovens e cidadãos precocemente desqualificados para o estudo e a atividade produtiva, por falta de alimentação adequada na infância.

O mero lastreamento do programa de melhoria alimentar da camada jovem da população, mediante o produto importado ou doado, representará a continuidade do processo involutivo que atualmente se observa no segmento leiteiro do país. Implicará, também, no aumento da ociosidade do parque industrial laticinista, instalado nas áreas mais desenvolvidas, que, por escassez da matéria-prima, já enfrenta dificuldades de funcionamento, devido aos custos elevados da unidade produzida. Por fim, acentuará a elitização do mercado, que operará apenas para atender à faixa seleta da população apta a pagar os altos preços cobrados por artigos sofisticados.



# ÁLCOOL

*Com dez anos de existência, o* **Proálcool** *enfrenta, hoje, um grande paradoxo: excesso de oferta diante da demanda insuficiente e preço do petróleo estagnado, com possibilidade de queda no mercado internacional. Diante do quadro, instituiu-se uma* **Comissão Interministerial** *preocupada em limitar a oferta à demanda efetiva e, ao mesmo tempo, em conquistar mercados externos e melhorar a produtividade agrícola e industrial.*

O **Programa Nacional do Álcool** completou dez anos de implantação em dezembro passado. O que, em 1975, era um enorme desafio, é agora realidade: superaram-se as metas de produção de combustível a partir de matéria-prima renovável. O interesse que o programa despertou em vários países e o fato de que, no presente, cerca de 85% dos veículos de passeios produzidos internamente são movidos a álcool constituem provas eloqüentes de sua importância. Contudo, ao longo de seu desenvolvimento, o **Proálcool** foi perturbado, quase continuamente, por crises que, na maior parte das vezes, traziam em sua origem dúvidas quanto à real capacidade de vir a se transformar em uma alternativa para o problema da escassez energética.

É nesse sentido que sua situação atual apresenta um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que a produção de etanol atinge um volume que não encontra demanda suficiente, nem interna nem externamente, o preço do petróleo mostra-se estagnado, havendo mesmo a possibilidade de que, a partir de fevereiro deste ano, inicie-se um movimento de expressiva queda das cotações.

A meta de produção de álcool para a próxima safra (1986/87) é de 12,3 bilhões de litros. Mesmo levando-se em conta o extraordinário crescimento das vendas de veículos registrado em 1985 (incremento de 11,8% sobre o total alcançado no ano anterior), o consumo interno de álcool anidro e hidratado não deve ultrapassar 9 bilhões de litros. Como não existem perspectivas imediatas de uma retomada das vendas do produto para os **Estados Unidos da América**, as exportações de álcool devem repetir os modestos 250 milhões de litros alcançados no ano passado. Para agravar o quadro de superoferta que se delineia, os estoques de passagem da safra 1985/86, de 1 bilhão de litros, deverão ser acrescidos de um excedente cuja estimativa varia entre 1,5 bilhão de litros (**Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool – Sopral**) e 3,4 bilhões de litros (**Fundação João Pinheiro**).

O problema de estoques excessivos não é de pequena monta em uma conjuntura altamente inflacionária, como a que atravessa o país. O armazenamento do combustível pelo governo federal, através da **Petrobrás**, ou pelos produtores, representa forte imobilização de capital, que não desperta interesse em qualquer das partes envolvidas.

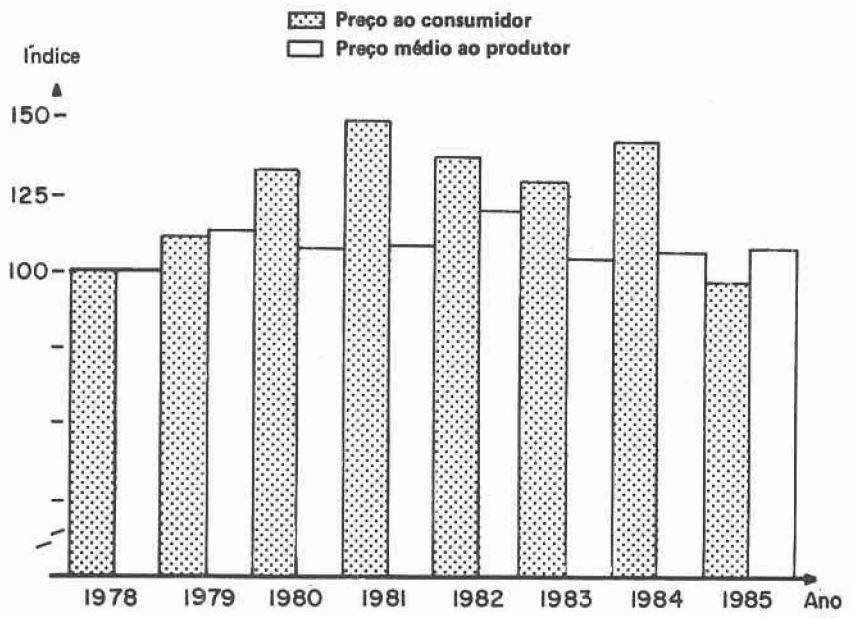
No último trimestre de 1985, o déficit da chamada **conta-álcool**, da **Petrobrás**, chegou a atingir um valor negativo de US$ 1,2 bilhão. Este déficit, conforme pode ser observado no Gráfico 08, deu-se em função de que, mais recentemente, a evolução do preço do álcool não acompanhou o crescimento da inflação, ao mesmo tempo que os preços pagos ao produtor tiveram majoração mais substancial. A desaceleração do preço médio do álcool carburante, vendido ao consumidor, explica-se na medida que este preço vem atrelado ao da gasolina, não podendo ultrapassar 65%. Este problema causou repercussões imediatas, até sobre os próprios produtores, já que a **Petrobrás** atrasou o pagamento das parcelas do álcool por eles fornecido. Como seria impossível reduzir o preço pago ao produtor, o governo optou por transferir para o consumidor um maior ônus na aquisição do combustível. De qualquer forma, a hipótese de uma simples elevação do preço do álcool, nas bombas dos postos de abastecimento, teve de ser descartada, visto que o principal atrativo para o consumidor do veículo movido a álcool continua sendo a garantia de que o preço deste combustível não ultrapassará o limite de 65% do preço da gasolina. Ainda que este compromisso junto ao consumidor não possa ser considerado definitivo, sua ruptura brusca poderia significar forte abalo sobre a credibilidade nas normas que regem o **Programa**.

A solução então encontrada foi reajustar a gasolina e o álcool de forma mais acentuada, nos últimos meses do ano findo, superando-se, desta forma, o déficit da **conta-álcool**, da **Petrobrás**.

Não obstante, o problema de fundo, que origina o atual desequilíbrio, está vinculado ao movimento de baixa dos preços do barril de petróleo, ao mesmo tempo que os custos de produção do álcool carburante mantêm-se inalterados. Com isto, crescem os questionamentos quanto à validade econômica do álcool como alternativa a alguns produtos de-

**BRASIL – ÍNDICES DE PREÇO REAL[1] DO ÁLCOOL HIDRATADO AO CONSUMIDOR E DO ÁLCOOL CARBURANTE AO PRODUTOR – 1978-85 (1978 = 100)**

**GRÁFICO 08**




**FONTE – Ministério das Minas e Energia.**

[1] **Preços corrigidos, pelo IGP-DI, para dezembro de 1985**

rivados do petróleo, pois, enquanto seu barril teria um preço atual oscilando entre US$ 54 e US$ 74, o barril de petróleo é cotado, no mercado internacional, a US$ 27.

O problema do excesso de oferta, neste ano, será possivelmente atenuado pelos efeitos da seca que atinge a região Sul e parte do Sudeste do país. Consta que a quebra da safra de cana-de-açúcar, em São Paulo, será de 15%, o que significará uma redução de quase 1 bilhão de litros da produção de álcool.

Nos últimos meses, vem sendo debatida a possibilidade de criação de um mercado interno mais vigoroso para o álcool. Destacam-se duas propostas: a elevação do teor de mistura de álcool anidro à gasolina, de 22% para 25%, e a adição de álcool anidro no óleo **diesel**, para fins carburantes, na proporção de 5%. A primeira proposta, desde seu lançamento, teve diversas críticas, que apontavam o desgaste que seria provocado nos motores com aquele nível de mistura. Frente a este argumento, o governo praticamente abandonou a idéia. Enquanto isto, a mistura de álcool ao óleo **diesel** continua sendo submetida a testes pela **Secretaria de Tecnologia Industrial (STI)**, do **Ministério da Indústria e do Comércio** e pelo **Centro de Pesquisas (Cenpes)**, da **Petrobrás**. Os resultados parciais têm demonstrado sua viabilidade em um limite de até 5% de álcool. Desta maneira, torna-se provável que a medida seja implementada.

As possibilidades de exportação de álcool em grande escala, por sua vez, parecem remotas. O mercado de maior potencial, em todo o mundo **(EUA)** continua fechado para o Brasil, em virtude das taxações tributárias impostas ao produto brasileiro. É bem verdade que aquele país terá que, em curto espaço de tempo, substituir o chumbo tetraetila, misturado na gasolina, por outro antidetonante, em virtude de obrigação legal, dada a sua característica altamente poluente. Neste sentido, o álcool apresenta-se como uma das opções mais adequadas, muito embora outros produtos possam também ser utilizados para esta finalidade. Caso o álcool seja o escolhido, os **EUA** terão de recorrer às importações.

Diante do atual quadro de indefinições, foi instituída uma **Comissão Interministerial**, organizada com a finalidade de avaliar as metas e objetivos do **Proálcool**. Entre as principais recomendações sugeridas, assinala-se a preocupação em limitar a oferta de álcool à sua demanda efetiva. Assim, não deverão ser aprovados novos projetos de destilarias nos próximos meses. Ao mesmo tempo, a **Comissão** aponta dois objetivos a serem perseguidos: o primeiro é envidar esforços para a conquista de mercados externos, buscando romper os entraves protecionistas dos norte-americanos e, também, procurando conquistar novos mercados, especialmente na **Comunidade Econômica Européia** e no **Japão**; e o segundo objetivo diz respeito ao aumento da produtividade agrícola e industrial do processo de produção do álcool. No lugar de implantar novas destilarias, o **Proálcool**, agora em sua terceira fase, deve concentrar seus investimentos na melhoria do rendimento dos projetos já instalados.

De fato, o **Programa do Álcool** precisa ser repensado, considerando-se uma série de fatores que sobre ele incidem. De um lado, torna-se necessário desconcentrar a produção, não apenas deixando de implantar novas destilarias nos estados que já se auto-abastecem, como, também, fazendo crescer a produção, por intermédio de ganhos na produtividade, onde ainda persiste déficit de oferta do produto.

As soluções, portanto, tendem a ser regionais. Este tipo de resolução, porém, não pode ser compreendida como um estímulo à ineficiência. Ao contrário, um encaminhamento correto do **Proálcool** sugere mesmo a descontinuação de projetos que não revelem níveis compatíveis de rentabilidade experimentada, de comprovada ineficácia.

# AGROANALYSIS MATÉRIAS PUBLICADAS NO ANO DE 1985

| TÍTULO | MÊS | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
| A ESTIAGEM E A POL. AGRÍCOLA | | | | | | | | | | | | ● |
| A QUESTÃO DOS AGROTÓXICOS | | | | | | | | | ● | | | |
| A QUESTÃO DO ICM | | | | | | | ● | | | | | |
| AÇÚCAR | | | | | | ● | | | | | | |
| AGRICULTURA E INFLAÇÃO | | ● | | | | | | | | | | |
| ALGODÃO | | | ● | | ● | | | ● | | ● | | ● |
| ARRENDAMENTOS E VENDAS | | | | | | | | | | ● | | |
| ARROZ | | | ● | ● | ● | | | | | ● | | ● |
| AVICULTURA | | | | | | | ● | | | | ● | |
| BABAÇU | | | | | | | | ● | | | | |
| BATATA | ● | | | | | | | | | | | |
| CACAU | | | | | | | | ● | | | | |
| CAFÉ | | | | | | ● | ● | | | | ● | |
| CANA-DE-AÇÚCAR | | | | | ● | | | | | ● | | |
| CARNAÚBA | | | | | | | | | | | ● | |
| CEBOLA | | | | | | | | | | | ● | |
| CHUVAS NO NORDESTE | | | | | | ● | | | | | | |
| DENDÊ | | | | | | ● | | | | | | |
| DISPONIBILIDADE INTERNA | | | | | | | | | | | ● | |
| FEIJÃO | | | ● | ● | | ● | | | | ● | | ● |
| FINANCIAMENTO DA SAFRA | | | | | | | | | | ● | | |
| FUMO | ● | | | | | | | | | | | |
| MAMONA | | | | | | | ● | | | | | |
| MANDIOCA | | | | | | | | | | | ● | |
| MILHO | | | ● | | ● | | | | | ● | | ● |
| OVOS | | ● | | | | | | | | | | |
| PECUÁRIA DE CORTE | | | | ● | | | | | | | | |
| PECUÁRIA DE LEITE | ● | | | | | | ● | | | | | |
| PREÇOS RECEBIDOS | | | | | ● | | | ● | | | ● | |
| PRODUÇÃO AGRÍC. MUNICIPAL | | | ● | | | | | | | | | |
| PRODUÇÃO PECUÁRIA MUNICIPAL | | | | ● | | | | | | | | |
| SOJA | | | ● | | ● | ● | | | | ● | | ● |
| SORGO | | | | | | ● | | | | | | |
| SUCO DE LARANJA | | | | | | ● | | | | | | ● |
| SUINOCULTURA | | | | | | | ● | | | | | |
| TRIGO | | | | | | | ● | | | | ● | |

OBS.:
1) Todos os números contiveram as seções fixas tradicionais da publicação, a saber:

- NOTA DA EDIÇÃO
- PANORAMA AGROPECUÁRIO
- PREÇOS RELATIVOS
- PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS
- PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA
- COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

2) No mês de maio, publicou-se um CALENDÁRIO AGRÍCOLA, referente ao ARROZ NO NORDESTE.

# PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

## AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 59/85**, de 27/12/85, do **IAA**, reajusta os preços da cana-de-açúcar, do álcool de todos os tipos, do mel residual, do mel rico invertido e os valores dos subsídios de equalização de custos, constantes dos Quadros 13 e 14 (**Diário Oficial da União**, de 31/12/85).

A **Portaria nº 02**, de 09/01/86, da **Sunab**, divulga os preços-refinaria (**CIF**) e consumidor do açúcar refinado amorfo, a vigorarem nos municípios das regiões metropolitanas do **Rio de Janeiro, São Paulo** e **Belo Horizonte**, que foram fixados em Cr$ 186.969/50 kg (preço-refinaria) e Cr$ 193.750/50 kg (preço-consumidor). Na região metropolitana de **Vitória** e nos municípios de **Vila Velha, Cariacica, Viana** e **Serra**, todos do **Espírito Santo**, os preços se-

**QUADRO 13 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÕES DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL**

| DISCRIMINAÇÃO | CENTRO-SUL | | NORTE-NORDESTE |
|---|---|---|---|
| | Rio de Janeiro | Demais estados | |
| Preços da cana-de-açúcar (Cr$/t) | | | |
| no campo | 87.125 | 84.638 | 104.322 |
| na esteira | 118.343 | 115.518 | 140.066 |
| Remuneração ao produtor[1] (Cr$/50 kg) | | | |
| Açúcar cristal standard | 93.328 | 82.126 | 105.122 |
| superior | 99.899 | 88.697 | 111.692 |
| especial | 103.184 | 91.982 | 114.977 |
| Preços do açúcar e álcool para o mercado interno[2] (Cr$/50 kg) | | | |
| Açúcar cristal standard | 141.408 | 141.313 | 141.583 |
| superior | 141.646 | 141.557 | 141.811 |
| especial | 153.464 | 153.369 | 153.639 |
| Álcool (Cr$/l) | | | |
| anidro | 2.989 | 2.952 | 3.056 |
| hidratado | 2.830 | 2.794 | 2.895 |
| Preços do açúcar e álcool para exportação | | | |
| Açúcar demerara (Cr$/t) | | 1.624.913 | 2.130.062 |
| Cristal especial (Cr$/50 kg) | | 104.620 | 113.475 |
| Refinado granulado (Cr$/50 kg) | | 116.462 | 119.730 |
| Álcool (Cr$/l) | | | |
| anidro | 2.974 | 2.937 | 3.041 |
| hidratado | 2.815 | 2.780 | 2.880 |

**FONTE – IAA, Ato nº 59/85 e Sunab, Portaria nº 62.**

**1 A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;**

**2 os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17% (12% no caso do açúcar cristal superior).**

**QUADRO 14 – SUBSÍDIOS DE EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS**

| DISCRIMINAÇÃO | RIO DE JANEIRO | NORTE-NORDESTE |
|---|---|---|
| Açúcar (Cr$/50 kg) | | |
| cristal | 11.202 | 22.995 |
| demerara para exportação | – | 22.075 |
| refinado de produção direta | – | 23.915 |
| Álcool de produção direta (Cr$/l) | | |
| anidro | 351 | 721 |
| hidratado | 332 | 681 |
| Mel rico invertido (Cr$/t) | – | 272.871 |

FONTE – IAA, Ato nº 59/85.

rão de Cr$ 187.419/60 kg e Cr$ 196.250/50 kg; na região metropolitana de **Curitiba**, Cr$ 188.381/ 50 kg, e Cr$ 196.250/50 kg, e, na do Recife Cr$ 214.635/ 50 kg e Cr$ 224.750/50 kg, respectivamente (**Diário Oficial da União**, de 13/01/86).

## CAFÉ

A **Portaria nº 80**, de 27/12/85, da **Sunab**, estabelece que o preço máximo de venda ao consumidor do café torrado ou moído será formado pelo preço de aquisição, acrescido de margem bruta de comercialização de 8%, e que o prazo máximo para pagamento à indústria, pelo comércio varejista, será de 30 dias da aquisição do produto. O não cumprimento da **Portaria** implicará nas sanções previstas na **Lei Delegada nº 4**, de 26/09/62 (**Diário Oficial da União**, de 31/12/85).

A **Resolução nº 01/86**, de 06/01/86, do **IBC**, suspende a retenção de café que fora determinada pela **Resolução 48/85** (ver **Agroanalysis**, vol. 9 nº 7, julho de 1985), ao tempo em que estabelece que qualquer declaração de venda cancelada implicará na retenção de duas sacas para cada uma cancelada.

A **Resolução nº 02/86**, de 06/01/86, do **IBC**, determina que a base do cálculo do **Imposto de Exportação** será o valor do respectivo **Preço Mínimo de Registro**, cabendo ao **Ministério da Fazenda** estabelecer a forma de compensação do imposto resultante da aplicação de **Avisos de Garantia**, emitidos pelo **IBC**.

As **Resoluções nºs 04, 06 e 08/86**, de 06/01/86, do **IBC**, fixam os preços mínimos para a exportação de café verde em grão ou torrado e moído, a vigorar entre 07/01 e 28/02/86. O preço dos cafés do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 2,81/libra-peso, quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife; os cafés **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**, embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão preço mínimo de US$ 2,70/libra-peso e aqueles do **tipo 7/8** para melhor, da variedade robusta **Conillon**, embarcados pelos mesmos portos, US$ 2,25/libra-peso.

A **Resolução 05/86**, de 06/01/86, do **IBC**, fixa em 15% a alíquota do **Imposto de Exportação** que deverá incidir sobre as vendas de café verde, em grão ou torrado e moído, descafeinado ou não, do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** registradas no **IBC** para embarque entre 07/01 e 28/02/86.

A **Resolução nº 07/86**, de 06/1/86, do **IBC**, fixa em 25% a alíquota do **Imposto de Exportação** que deverá incidir sobre as vendas de cafés do **tipo 7** para melhor, bebida **Rio Zona**, registradas para embarque entre 07/01 e 28/02/86. De acordo com a **Resolução nº 08/86**, a mesma alíquota será válida para as vendas de cafés **tipo 7/8** para melhor, da variedade robusta **Conillon**.

A **Resolução nº 10/86**, de 06/1/86, do **IBC**, revoga a autorização, concedida pela **Resolução nº 11/85**, de 25/01/85, para uso do logotipo do **IBC** como símbolo de qualidade para os cafés solúvel e torrado e moído, destinados ao consumo no mercado interno.

A **Resolução nº 11/86**, de 08/1/86, do **IBC**, fixa em zero por cento as alíquotas do **Imposto de Exportação** incidente sobre as vendas de cafés solúveis **Spray Dried** e **Freeze Dried**, registradas a partir de 09/01/86.

A **Resolução nº 12/86**, de 8/1/86, do **IBC**, cancela a autorização para a redução de até US$ 10/sc nas vendas de café em grão, que fora autorizada pelas **Resoluções nº 45/85** e **59/85** (ver **Agroanalysis** vol. 9 nº 7, julho de 1985 e vol. 9 nº 8, agosto de 1985).

A **Resolução nº 13/86**, de 8/1/86, do **IBC**, fixa os preços mínimos a vigorarem para as exportações de café solúvel realizadas entre 09/01 e 31/03/86 e que serão de US$ 4,50/ libra-peso, no caso do **Spray Dried** e extrato líquido e US$ 6,50/ libra-peso, no caso do **Freeze Dried**.

A **Resolução nº 14/86**, de 8/1/86, do **IBC**, amplia, para até US$ 1,50/libra-peso, a redução de até US$ 0,20/ libra-peso no preço mínimo de registro. Esta redução foi autorizada pela **Resolução nº 70/85**, de 30/08/85, do **IBC**, e deve ser compensada diretamente na cambial do exportador, que a utilizará diretamente, por ocasião do registro no **IBC**, não sendo permitidas alterações posteriores nas **Declarações de Vendas**.

A **Resolução nº 15/86**, de 8/1/86, do **IBC**, estabelece que, nos registros

de declarações de vendas relativas a café solúvel acondicionado em embalagens para colocação junto ao consumidor final, os preços mínimos terão de ser acrescidos, pelo menos, do valor equivalente aos custos de acondicionamento, sujeitando-se as declarações inexatas às sanções previstas na legislação cambial vigente.

Todas as Resoluções do **IBC** supracitadas foram publicadas no **Diário Oficial da União**, de 09/01/86 e de 13/01/86.

## CRÉDITO RURAL

A **Circular nº 980**, de 20/12/85, do **Bacen**, complementa as medidas consubstanciadas na **Circular nº 973**, de 02/12/85 (ver **Agroanalysis**, vol. 9 nº 12, dezembro de 1985) relativas ao **Programa de Apoio aos Produtores Prejudicados pelas Secas** nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As disposições registradas na presente Circular são: extensão para 90% (grandes produtores) e 100% (demais produtores) dos limites de adiantamento referentes aos **VBC's** para as lavouras de milho, sorgo, arroz e soja, respeitando-se o prazo final de 15/01/86 para o plantio. Com isto, admite-se um incremento de até 15% dos **VBC's** da safra 1985/86, sendo, ainda, considerada a possibilidade de reajuste dos créditos já concedidos; também se permite a contratação de operações de custeio até quinze dias após a data limite fixada, isto é, até 30/01/86, desde que os serviços de assistência técnica ou fiscalização comprovem a efetivação do plantio, replantio ou substituição de lavoura.

Outras medidas apresentadas na **Circular nº 980** são relativas ao **Proagro**. Este terá fixado em 100% o limite de cobertura, com adicional de 2%, independentemente do número de indenizações recebidas anteriormente. O cálculo da indenização será estabelecido em valor correspondente ao saldo devedor da operação na data da cobertura, acrescido de eventuais recursos próprios e feitas as deduções regulamentares. Nos casos de perda total, ou naqueles em que o percentual da mesma seja igual ou superior a 30% da área financiada, a indenização será calculada proporcionalmente à área perdida, sem considerar as possíveis receitas apuradas, e o valor assim determinado será destinado para amortização do saldo devedor da operação de custeio ou das últimas parcelas do crédito de investimento prorrogado, conforme a **Circular 973** ( isto é, os pagamentos referentes a créditos de investimento com vencimento previsto para o primeiro semestre de 1986, que foram, através da citada **Circular**, prorrogados por um ano, a partir do vencimento final da dívida). Para tanto, o produtor deverá ter efetuado replantio ou substituição da lavoura e o fato comprovado pelos serviços de assistência técnica ou fiscalização. Estas medidas são extensivas à **safrinha** de milho do Paraná (**Diário Oficial da União**, de 23/12/85).

A **Circular nº 981**, de 23/12/85, do **Bacen**, apresenta os **Valores Básicos de Custeio** das lavouras de amendoim, feijão e feijão irrigado da safra da **seca** de 1986 (ver Quadro15). A **Circular** estabelece as condições especiais que tais financiamentos obterão, a fim de estimular seu plantio, e, assim, minimizar os prejuízos provocados ao abastecimento pela estiagem que afetou a safra das **águas** do Centro-Sul do país. Na safra da **seca**, o limite de adiantamento será de 100% sobre o **VBC** para todas as categorias de produtores; o **Proagro** terá cobertura de 100%, com adicional de 2% independentemente do número de indenizações anteriores, e o produtor poderá, ainda, optar pelo pagamento do adicional a partir das datas em que se torna devido ou por sua capitalização na conta vinculada ao financiamento (**Diário Oficial da União**, de 23/12/85).

A **Circular nº 982**, de 26/12/85, do **Bacen**, comunica que, por decisão do **Conselho Monetário Nacional**, as operações de **AGF** passarão, a partir de 02/01/86, a ser realizadas exclusivamente pelos bancos oficiais federais. Para tanto, serão tomadas as seguintes medidas complementares: liberação aos bancos credores dos recursos necessários para liquidação das dívidas decorrentes de **AGF's** vinculadas às operações de **Custeio** ou de **Empréstimos do Governo Federal** realizadas junto a outros agentes financeiros; incorporação aos estoques dos bancos oficiais federais, até 31/03/86, dos estoques do governo federal em poder dos demais bancos até 31/12/85, após rigorosa fiscalização; a **Circular** trata, ainda, das divergências nos estoques que venham a ser detectadas e das despesas com armazenagem, remoção e outras (**Diário Oficial da União**,de 27/12/85). Detalhes quanto aos recolhimentos e ressarcimentos mencionados na **Circular nº 982** podem ser encontrados no **Comunicado**

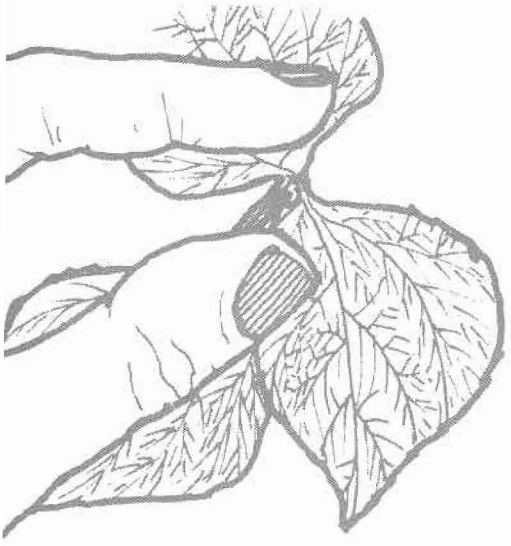
**QUADRO 15 – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A SAFRA DA SECA 1985/86**

| PRODUTO | FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | FINANCIAMENTO (Cr$/ha) |
|---|---|---|
| Amendoim | 1.401 – 2.300 | 3.286 |
| Feijão | 401 – 600 | 1.675 |
| Feijão irrigado | 1.801 – 2.200 | 3.942 |

FONTE – Banco Central do Brasil.

**Derur nº 968**, de 31/12/85, do **Bacen (Diário Oficial da União**, de 03/01/86).

A **Carta Circular nº 1.334**, de 09/01/86, do **Bacen**, comunica que



está autorizado, em caráter excepcional, o enquadramento no **Proagro** de créditos para custeio de feijão na região do Irecê, desde que os plantios sejam feitos até 31/01/86 e seja observada rigorosa fiscalização e acompanhamento técnico (**Diário Oficial da União**, de 10/01/86).

A **Carta Circular nº 985**, de 08/01/86, do **Bacen**, reúne novas medidas de emergência, tomadas em decorrência do agravamento da estiagem no Centro-Sul. Os bancos que se comprometerem a suspender as execuções de dívidas rurais em andamento poderão enquadrar como **Recursos Obrigatórios** (capítulo 18 do **Manual de Crédito Rural**) aplicações cujos valores tenham sido efetivamente aplicados na atividade agropecuária, desde que mantidos os encargos financeiros originalmente pactuados. As sociedades de crédito, financiamento e investimento e os bancos de investimento poderão transferir operações de crédito rural para o banco comercial vinculado ao conglomerado. Também é facultado aos bancos comerciais a aquisição de créditos de sociedades de crédito, financiamento e investimento e de bancos de investimento não vinculados a conglomerados, mediante liberação de recursos eventualmente bloqueados, em função de recolhimentos decorrentes da insuficiência das aplicações em crédito rural, relativamente à exigibilidade (montante de recursos que os bancos devem aplicar obrigatoriamente em financiamentos enquadrados nas disposições do **Manual de Crédito Rural**).

A **Circular** contempla, ainda, medidas destinadas a atender às necessidades dos agricultores atingidos pela estiagem: prorrogação, até 15/03/86, do prazo para contratação do crédito de manutenção; concessão aos agricultores que firmaram empréstimo para plantio, replantio ou substituição de lavouras, de prorrogação por dois anos (com até um ano de carência) do saldo devedor resultante das dívidas de custeio da safra 1985/86, desde que não tenham sido objeto de indenização pelo **Proagro** e vedado qualquer acréscimo às taxas originalmente pactuadas; acréscimo de mais dois meses ao período de correção dos preços-base da soja. Também, será admitida a dispensa de perícia nas operações de indenização através do **Proagro**, no caso de financiamentos com valor até 100 **MVR's** (Cr$ 27 milhões). Neste caso, o pedido de cobertura será feito com base nos índices de perdas apurados em perícias realizadas, no município, com a mesma lavoura (**Diário Oficial da União**, de 09/01/86).

## DESENVOLVIMENTO RURAL

A **Portaria nº 469**, de 19/12/85, do **Ministério da Agricultura**, promove a fusão das atividades da **Coordenadoria Especial de Municipalização da Agricultura** e do **Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais**, incorporando-as numa **Coordenadoria de Municipalização da Agricultura e Desenvolvimento Comunitário Rural (Comagri)**.

A nova **Coordenadoria** terá como finalidade a promoção de comunidades rurais carentes, através da sua mobilização e integração com órgãos e lideranças municipais.

A **Portaria nº 470**, de 19/12/85, do **Ministério da Agricultura**, institui o **Programa de Desenvolvimento de Ações Comunitárias a Nível Municipal (Prodecam)**. O novo **Programa** visa a descentralizar o planejamento agrícola em nível municipal e a promover o debate das questões agropecuárias com a participação de prefeituras municipais e das comunidades rurais envolvidas (**Diário Oficial da União**, de 23/12/85).

## LEITE

As **Portarias nºs 68, 69, 70** e **71/85**, de 16/12/85, da **Sunab**, estabelecem os novos preços do leite nos níveis do produtor e do consumidor, bem como definem uma série de normas relativas à comercialização do produto (**Diário Oficial da União**, de 17/12/85).

O preço mínimo de compra do litro de leite-cota entregue pelo produtor na plataforma dos estabelecimentos de laticínios e destinado ao consumo humano será de Cr$ 2.043/ l nos estados de Pernambuco e Alagoas; Cr$ 1.893/l, em Sergipe e Bahia (exceto em alguns municípios citados na **Portaria**) e Cr$ 1.783/l, no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. O litro de leite extra-cota terá preço de Cr$ 1.222 e aquele destinado à industrialização, Cr$ 1.696 em todos

os estados mencionados.

Naqueles mesmos estados, o preço máximo de venda ao consumidor do litro de leite pasteurizado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis, será de Cr$ 2.840/l, Cr$ 2.690/l, Cr$ 2.580/l e Cr$ 2.810/l, respectivamente.

A **Portaria nº 70** informa, também, que o leite pasteurizado, com teor de gordura de 3,2%, deixa de ser comercializado, devendo ser substituído pelo **tipo C.**

Os preços máximos de venda ao consumidor foram fixados em Cr$ 2.700/l (incluindo o **ICM**) nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal; Cr$ 2.480/l, no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul (com exceção de alguns municípios, onde o preço será de Cr$ 2.635/l; em todos estes estados poderá ser acrescido o valor correspondente ao **ICM**) e Cr$ 2.480/l, em Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. Todos estes preços se referem ao leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com 2% de gordura.

O preço máximo de venda ao consumidor do litro de leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado), envasado mecanicamente, em embalagem inviolável, será de Cr$ 4.850/l, no Rio de Janeiro.

## TRIGO

A **Portaria nº 73,** de 19/12/85, da **Sunab,** tendo em vista alterações ocorridas nos custos operacionais da indústria moageira, reajusta os preços máximos de venda **FOB**-moinho das farinhas de trigo. Estes foram fixados em Cr$ 80.160/50 kg para a farinha comum; Cr$ 102.570/50 kg para a especial e Cr$ 153.903/50 kg para a farinha de trigo comum destinada a fins não alimentícios. Esses aumentos significam 8%, 10% e 7%, respectivamente, em relação aos preços até então vigentes. Assim, em 1985, os preços da farinha de trigo registraram cinco reajustes, enquanto o preço de venda do trigo em grão aos moinhos teve quatro reajustes no mesmo período.

A **Portaria nº 75,** de 20/12/85, da **Sunab,** regulamenta os levantamentos de estoques de trigo em grão para fins de recolhimento da diferença de preço dos estoques, atribuindo ao **Banco do Brasil,** através do **CTRIN,** a promoção do levantamento dos produtos em poder dos moinhos.

A **Portaria nº 76,** de 20/12/85, da **Sunab,** altera e consolida as normas de comercialização da farinha de trigo, definindo as características dos tipos de farinha, suas embalagens, condições de transporte e destinação das vendas.

A **Portaria nº 77,** de 20/12/85, da **Sunab,** estabelece normas relativas às despesas das empresas moageiras para recebimento do trigo em grão, conforme se trate de empresas localizadas junto às áreas portuárias, ou daquelas afastadas do litoral e supridas por vagões e/ou caminhões **(Diário Oficial da União,** de 23/12/85).

A **Portaria nº 74,** de 20/12/85, da **Sunab,** aperfeiçoa as informações constantes do **Boletim Mensal de Produção e Vendas** que as empresas moageiras são obrigadas a preencher mensalmente e que permite à **Sunab** acompanhar a distribuição de farinha de trigo **(Diário Oficial da União,** de 24/12/85).

A **Portaria nº 01,** de 02/01/86, da **Sunab,** fixa em Cr$ 2.638.379/t e Cr$ 2.374.541/t, respectivamente, os preços de aquisição do trigo e do triticale de produção nacional a vigorarem em janeiro de 1986. Estes preços se referem ao produto com **PH 78 (Diário Oficial da União,** de 07/01/86).

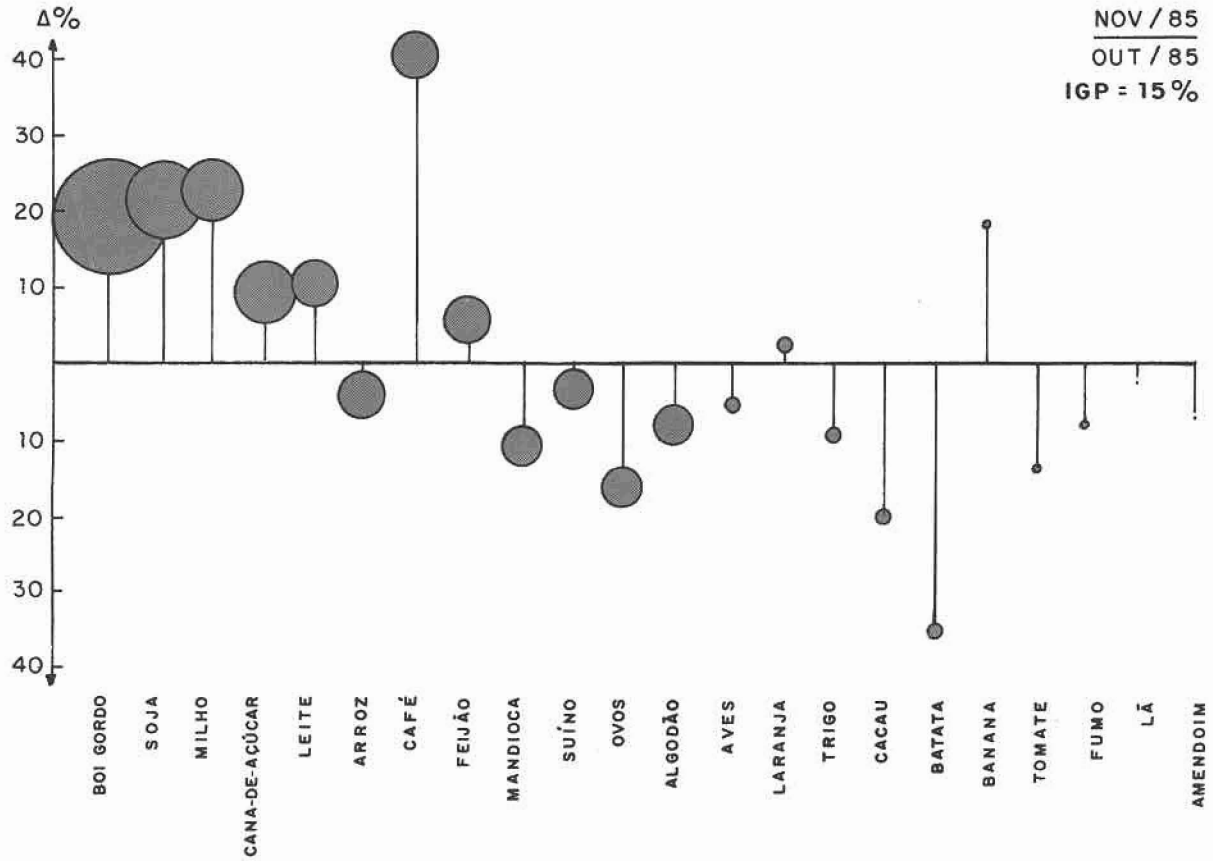
NOTA — Em **Agroanalysis,** vol. 9 nº 12, dezembro de 1985, o Quadro 11, da página 24, saiu truncado. Prevalecem as informações abaixo:

**QUADRO 16 – CENTRO-SUL – PREÇO-BASE PARA A SAFRA DE VERÃO 1985–86**

| PRODUTO | UNIDADE | PREÇO-BASE (Cr$/unidade) | PERÍODO DE CORREÇÃO (Variação das ORTN's) |
|---|---|---|---|
| Arroz em casca | | | |
| sequeiro | 60 kg | 63.000 | ago/85 a jul/86 |
| irrigado | 50 kg | 61.200 | ago/85 a jul/86 |
| Feijão | 60 kg | 155.000 | ago/85 a fev/86 |
| Milho | 60 kg | 37.200 | ago/85 a jul/86 |
| Mandioca | 1 t | 164.000 | ago/85 a jul/86 |
| Sorgo | 60 kg | 31.620 | ago/85 a jul/86 |
| Algodão em caroço | 15 kg | 33.840 | ago/85 a mai/86 |
| Soja | 60 kg | 59.040 | ago/85 a mai/86 |
| Amendoim em casca | 25 kg | 39.000 | ago/85 a fev/86 |
| Mamona em bagas | 60 kg | 70.500 | ago/85 a mai/86 |
| Girassol | 40 kg | 36.000 | ago/85 a jan/86 |
| Trigo mourisco | 1 kg | 732 | ago/85 a jan/86 |
| Batata-semente | 30 kg | 51.000 | ago/85 a dez/86 |

FONTE – Decreto 91.678 e Conselho Monetário Nacional.

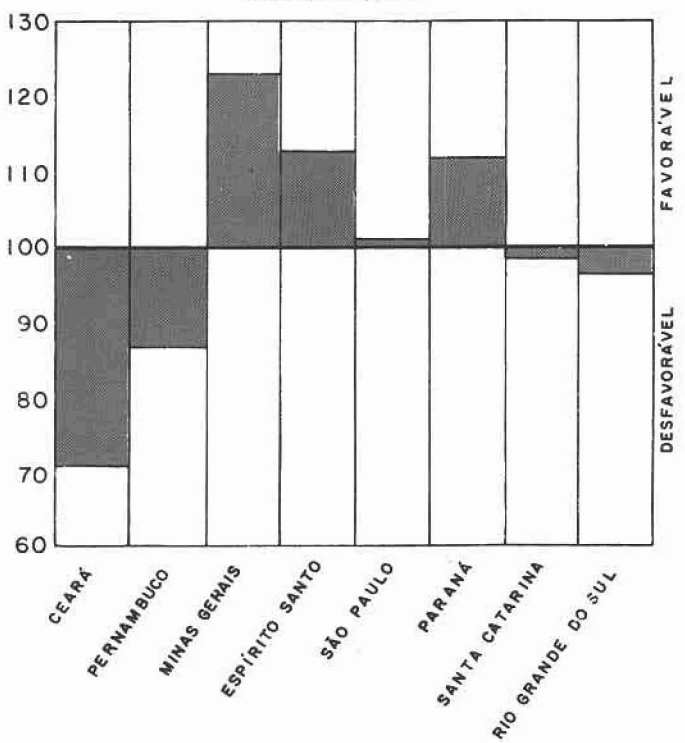
# PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS




No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

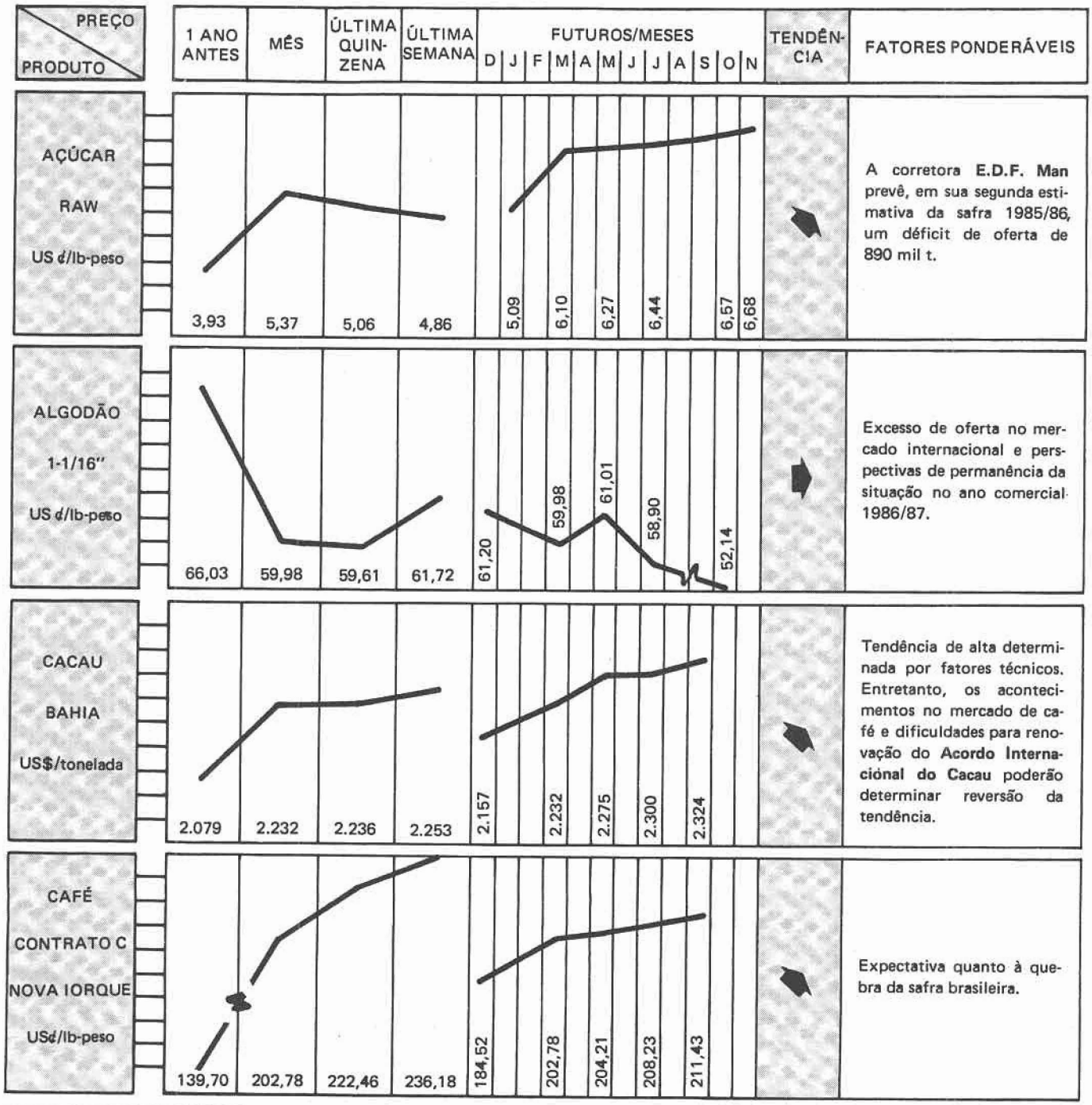
**RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS NOVEMBRO/1985**



# PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de dezembro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de dezembro*
3 – Preço médio na última quinzena de dezembro*
4 – Preço médio na última semana de dezembro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega




FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

# PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

| PREÇO / PRODUTO | 1 ANO ANTES | MÊS | ÚLTIMA QUINZENA | ÚLTIMA SEMANA | FUTUROS/MESES D | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | TENDÊNCIA | FATORES PONDERÁVEIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel | 290,33 | 247,34 | 249,40 | 249,03 | | 246,03 | | 247,34 | | 250,52 | | 250,56 | | 236,58 | | | | **Aquecimento** recente das exportações norte-americanas. |
| SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel | 591,90 | 520,35 | 529,26 | 532,13 | | 520,35 | | 531,15 | | 541,38 | | 548,66 | 546,75 | 529,75 | | 527,69 | | Estiagem em várias zonas de produção, no Brasil. Mantida a legislação norte-americana para a soja. |
| SOJA FARELO US$/tonelada | 146,91 | 144,71 | 145,04 | 147,02 | 143,68 | 144,71 | | 146,53 | | 148,22 | | 149,45 | 149,54 | 146,67 | 143,29 | | | Redução dos estoques nos EUA e possibilidade de aumento das exportações daquele país. |
| TRIGO SOFT RED US ¢/bushel | 345,92 | 342,90 | 343,10 | 343,05 | 343,58 | | | 342,90 | | 321,86 | | 291,34 | | 286,30 | | | | Fraco mercado comprador e redução nos preços de empréstimo nos EUA. |

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

# PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de dezembro de 1984, corrigido pelo IGP, para dezembro de 1985
2 — Preço médio no mês de dezembro
3 — Preço médio na última quinzena de dezembro
4 — Preço médio na última semana de dezembro
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

| PREÇO / PRODUTO | 1 ANO ANTES | MÊS | ÚLTIMA QUINZENA | ÚLTIMA SEMANA | TENDÊNCIA | FATORES PONDERÁVEIS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ALGODÃO<br>tipo 6–Sul do BR<br>Cr$/15 kg<br>1º futuro | 207.000 | 229.094 | 231.700 | 231.700 |  | Influência da quebra da safra do Centro-Sul, apesar dos estoques elevados e da expectativa de uma boa colheita no Nordeste, que deverão garantir o suprimento. |
| ARROZ<br>Amarelão - Est. Cen.<br>Cr$/sc. 60 kg | 204.350 | 205.000 | 205.000 | 205.000 |  | As colheitas precoces estão prejudicadas pela estiagem. Não há certeza de que o produto do Rio Grande do Sul exista em quantidade suficiente para o abastecimento no início do ano. |
| CAFÉ<br>Tipo 6<br>Cr$/sc. 60 kg | 1.447.126 | 3.412.056 | 3.984.050 | 4.428.400 |  | A safra 1985/86 foi das mais espetaculares, mas a forte estiagem do Centro-Sul afetará grandemente a colheita de 1986/87. |
| BOI GORDO<br>Cr$/arroba | 184.250 | 220.000 | 220.000 | 220.000 |  | Apesar de a seca ainda atingir determinadas áreas, o fluxo de animais para abate encontra-se praticamente normalizado. |

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

| PREÇO / PRODUTO | 1 ANO ANTES | MÊS | ÚLTIMA QUINZENA | ÚLTIMA SEMANA | TENDÊNCIA | FATORES PONDERÁVEIS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FEIJÃO<br>Carioquinha Especial<br>Cr$/sc. 60 kg | 242.875 | 315.625 | 320.000 | 329.000 | | Grande procura pelo feijão novo nas zonas de produção, diante da expectativa de bons ganhos, propiciados pela quebra da safra. |
| FRANGO<br>Vivo<br>Cr$/kg | 4.901 | 7.746 | 7.930 | 8.210 | | Influência da elevação do preço do milho. |
| MILHO<br>Amarelo Semiduro<br>Cr$/60 kg | 76.102 | 70.625 | 72.500 | 75.500 | | Os danos causados pela seca no Centro-Sul já repercutiram nas altas cotações do primeiro leilão de 1986. |
| SOJA - GRÃO<br>Industrial<br>Cr$/60 kg | 147.671 | 109.469 | 109.750 | 110.500 | | Fortalecimento das cotações externas, também como reflexo das notícias sobre a safra brasileira, repercute no mercado interno. |

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

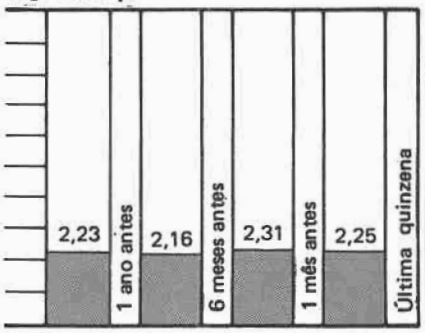
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

# PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

**Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).**

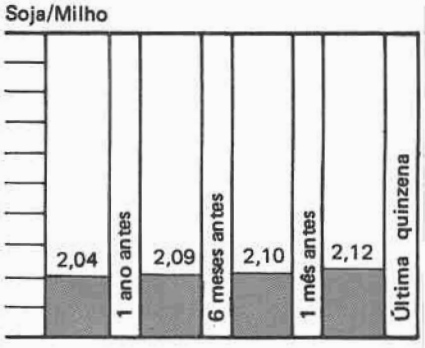
Mantém-se a tendência a uma oferta superior à demanda, no mercado do algodão. Os estoques norte-americanos situaram-se 38% acima dos de um ano antes, no final de novembro último. Concomitantemente, as perspectivas das exportações não são animadoras. Por estes motivos, a cotação da fibra na quinzena apresentou-se praticamente inalterada em comparação com a média do mês, forçando para baixo o preço relativo **algodão/soja**, pois a leguminosa, no período, apresentou ligeiro avanço.

Algodão/Soja



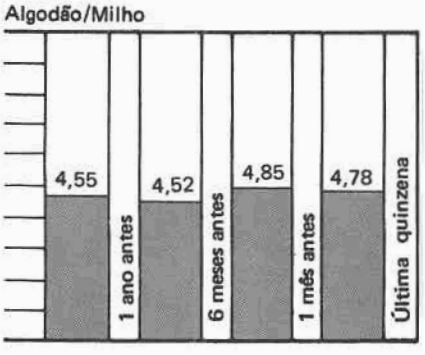

O mercado internacional da soja vem refletindo a influência altista das informações referentes aos problemas nas safras brasileira e chinesa. Isto contribuiu para que sua cotação denotasse uma leve recuperação durante a última quinzena, comparativamente à média do mês (muito embora ainda seja 8% menor do que há seis meses). Como, no período, o preço do milho manteve-se estável, o mais recente preço relativo **soja/milho** elevou-se a um patamar superior ao da média do mês.

Soja/Milho



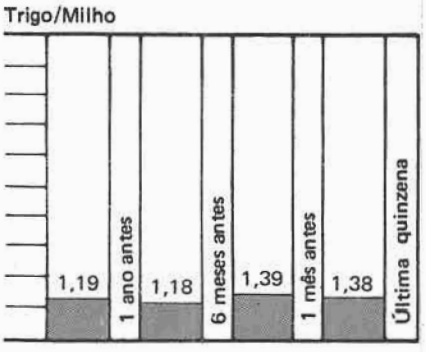

Animado pelas recentes notícias de aumento das exportações, o milho permaneceu, na quinzena, praticamente estável comparativamente à média do mês, interrompendo-se, assim, a tendência de baixa que se vinha observando em sua cotação. Como o preço do algodão diminuiu levemente no período, o preço relativo **algodão/milho**, na quinzena, aumentou comparativamente à média do mês.

Algodão/Milho




A ligeira queda apresentada pelo dólar norte-americano nos últimos meses levou a cotação do trigo, no período, a elevar-se 6%. Como o preço do milho caiu 9%, o preço relativo **trigo/milho** da quinzena apresentou-se superior ao de seis meses atrás.

Trigo/Milho

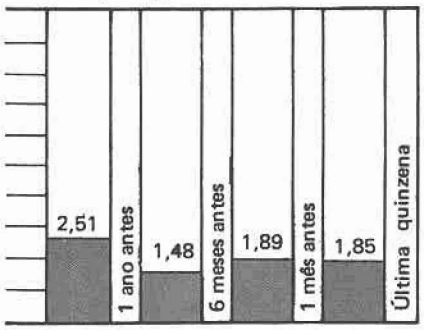



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

# PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

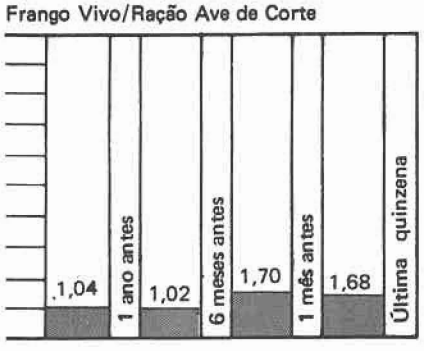
O indicador da relação **boi gordo/frango vivo** da última quinzena foi semelhante ao preço relativo médio do mês, causando a elevação de 2,4% ocorrida no preço da ave. Os criadores beneficiaram-se, assim, da tradicional maior demanda no fim do ano, tendo sido o preço real do frango vivo, então registrado, 62% maior do que o de um ano antes.

Boi Gordo/Frango Vivo



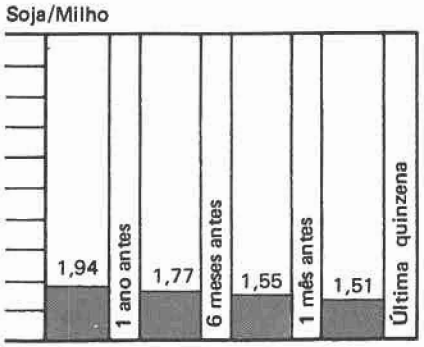

A lucratividade dos avicultores, durante a quinzena, decresceu comparativamente à média do mês, mas, ainda assim, foi mais elevada do que um ano antes. O preço da ração para ave de corte observado na quinzena, foi influenciado pelas variações do preço de sua principal matéria-prima, o milho, que, no final do ano, elevou-se celeremente.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



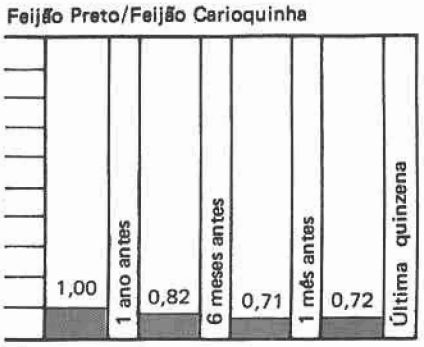

A estiagem no Centro-Sul provocou grande atraso do plantio do milho da safra 1985/86. Por essa razão, seu preço passou a registrar aumentos continuados, tendo sido, na quinzena, 2,7% maior do que a média do mês. Como, no período, o preço da soja manteve-se estacionário, o preço relativo **soja/milho** sofreu ligeiro decréscimo.

Soja/Milho




A pequena variação registrada no preço relativo **feijão preto/feijão carioquinha**, na última quinzena, em cotejo com a média do mês, deveu-se ao pequeno aumento de 2,5% verificado no preço do feijão preto, enquanto a variedade de cores mantinha-se praticamente estável. A justificar este movimento, o reconhecimento, em dezembro, de que, ao contrário do que se pensava, as lavouras paranaenses de feijão preto, cultivadas fora da região mais prejudicada, também foram afetadas pela seca.

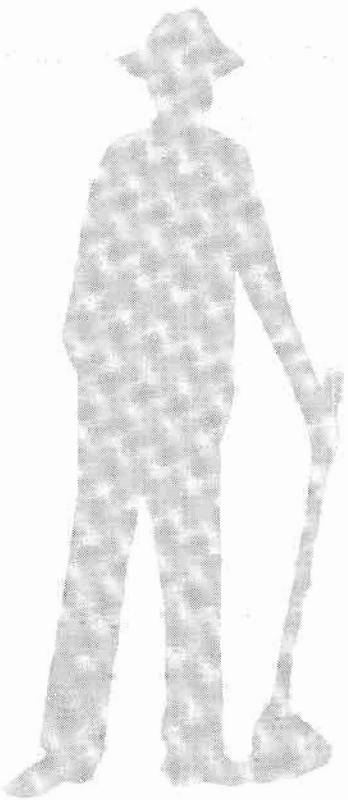
Feijão Preto/Feijão Carioquinha




FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

# COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO,** cuja coordenação técnica é do **IBGE.** A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71),** são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta, e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



**QUADRO 17 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE DEZEMBRO[1]**

| ESPECIFICAÇÃO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO ESPERADA (t) |
|---|---|---|
| Abacaxi | 36.578 | 762.700[2] |
| Algodão | 3.581.540 | 2.836.266 |
| Algodão arbóreo | 1.337.644 | 188.133 |
| Algodão herbáceo | 2.243.896 | 2.648.133 |
| Alho | 11.232 | 44.077 |
| Amendoim | 192.931 | 339.335 |
| Amendoim (1ª safra) | 137.151 | 262.013 |
| Amendoim (2ª safra) | 55.780 | 77.322 |
| Arroz | 4.751.878 | 9.019.156 |
| Aveia | 142.075 | 162.140 |
| Banana | 441.003 | 500.330[3] |
| Batata-inglesa | 157.369 | 1.989.261 |
| Batata-inglesa (1ª safra) | 97.013 | 1.211.080 |
| Batata-inglesa (2ª safra) | 60.356 | 778.181 |
| Cacau | 641.997 | 419.268 |
| Café em coco | 2.483.000 | 3.753.379 |
| Cana-de-açúcar | 3.851.522 | 245.904.175 |
| Cebola | 57.795 | 637.007 |
| Centeio | 12.605 | 13.372 |
| Cevada | 109.665 | 161.492 |
| Coco-da-baía | 165.393 | 568.038[2] |
| Feijão | 5.315.718 | 2.547.925 |
| Feijão (1ª safra) | 2.849.533 | 1.459.389 |
| Feijão (2ª safra) | 2.466.185 | 1.088.536 |
| Fumo | 268.586 | 410.902 |
| Guaraná | 8.425 | 1.226 |
| Juta | 21.184 | 20.081 |
| Laranja | 662.313 | 70.995.596[2] |
| Malva | 42.526 | 42.261 |
| Mamona | 495.064 | 415.884 |
| Mandioca | 1.865.756 | 23.072.553 |
| Milho | 11.801.736 | 22.017.154 |
| Pimenta-do-reino | 19.273 | 38.023 |
| Rami | 4.887 | 10.004 |
| Sisal | 333.007 | 290.901 |
| Soja | 10.152.751 | 18.278.422 |
| Sorgo granífero | 162.909 | 257.812 |
| Tomate | 53.896 | 1.931.810 |
| Trigo | 2.657.884 | 4.247.197 |
| Uva | 57.758 | 718.157 |

**FONTE – IBGE.**

**[1] Dados preliminares sujeitos a retificações;**

**[2] mil frutos;**

**[3] mil cachos.**

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

**CONSELHO DIRETOR:**
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

**CONSELHO CURADOR:**
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

**COMISSÃO DIRETORA:**
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

**DEPARTAMENTO DE ENSINO:**
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS**
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante.

**Divisão de Contabilidade Social**
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

**Divisão de Estatística e Econometria**
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib